

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

HÉRVICKTON ISRAEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO

**CARTAS ABOLICIONISTAS:
PROPOSTA DE EDIÇÃO E ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL DE
CARTAS DE JOAQUIM NABUCO (SÉC. XIX)**

RECIFE
2013

HÉRVICKTON ISRAEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO

**CARTAS ABOLICIONISTAS:
PROPOSTA DE EDIÇÃO E ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL DE
CARTAS DE JOAQUIM NABUCO (SÉC. XIX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, na condição de análise de pré-banca, como requisito parcial no processo de obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira de Souza

Co-orientador: Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa

Recife

2013

HÉRVICKTON ISRAEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO

**CARTAS ABOLICIONISTAS: Proposta de Edição e Estudo Sistêmico-
Funcional de Cartas de Joaquim Nabuco (Séc. XIX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística, em 30/08/2013.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof.^ª Dr.^ª Maria Medianeria de Souza
Orientadora – LETRAS - UFPE

Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza
LETRAS - UFPE

Prof. Dr. João Bosco Figueiredo Gomes
LETRAS - UERN

Recife – PE
2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

N244c Nascimento, Hérwickton Israel de Oliveira

Cartas abolicionistas: proposta de edição e estudo sistêmico-funcional de cartas de Joaquim Nabuco (séc. XIX) / Hérwickton Israel de Oliveira Nascimento. – Recife: O Autor, 2013.

117 f.: il.

Orientador: Maria Medianeira de Souza.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2013.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Filologia. 3. Nabuco, Joaquim - Análise linguística. I. Souza, Maria Medianeira de (Orientador). II.Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2013-116)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Ery e Ângela**, "por todo amor que houver nessa vida".

Aos meus irmãos, **Hérik, Hérickson e Andrei**, pelo apoio sempre dado.

Às minhas cunhadas mais que cunhadas, **Ju e Tate**, pelas partilhas.

À minha orientadora, **Medianeira Souza**, pelo amor que coloca em tudo o que faz. Sem você, não teria chegado aqui. Obrigado!

A **Marlos**, por ter me aceitado e ter aceitado continuar comigo do início ao fim.

A **Niltinho**, eterno companheiro.

A **Mari, Laiz, Silvana e Luana**, grandes irmãs que a vida me deu e a quem devo muito pelos incentivos e "empurra, se joga, termina!".

A **Mairim**, pelos conselhos, puxões de orelha e companhia.

Aos meus amigos da pós: **Andréa Moraes, Onilma, Flávia, Marcelo, Ângela, Amanda, Dani Basílio, Edney, Berguinho, Marília, Leusa**, e muitos outros que a memória não me permite lembrar, mas que estarão no meu coração!

A **Sivaldo & Maria**, de quem compartilhei risos, abusos de paciência e lágrimas. Sem palavras, meus amigos!

Aos meninos da Torre: **Fofa, Binho, Rivaldo, Ciane e Maurício**. Obrigado pela minha primeira morada!

A **Mário**, por ter me apresentado este lugar que amo que é Recife.

A **Rynaldo e Tia Graça**, por fazerem de Recife um lugar ainda melhor de se estar.

A **Emanuel, Cléber e Taís**, um trio muito especial.

A **Ari**, grande amigo, pelas sugestões de leituras e afeto.

Ao **PG Letras**, nas pessoas da Prof^ª. Evandra e do secretário Jozaías.

A **Diva**, pela ajuda que nem você sabe que deu quando me sentia só.

A **Pernambuco**, lugar que amo e que me proporcionou grande crescimento como pessoa.

A **CAPES**, pelo auxílio financeiro de 1 ano para esta pesquisa.

A todos que, por algum motivo, não me lembrei mas que fizeram parte de todo este processo árdua, prazeroso e, me utilizando de arcaísmo, galardoador.

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar os resultados do processo de edição e estudo sistêmico-funcional de cartas de temática abolicionista do político e escritor pernambucano Joaquim Nabuco (séc. XIX). Para tanto, lançou-se mão do aporte teórico-metodológico da Filologia Textual, entendida primordialmente, como afirma Auerbach (1972), como o "conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem". Como passos iniciais da pesquisa, após concluída a etapa de digitalização dos documentos, depositados na Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife-PE, escolheu-se os critérios de transcrição das 15 cartas selecionadas, levando em consideração o jogo dialético entre o público leitor e os objetivos da edição. Estabelecida a leitura, de natureza conservadora, partiu-se para o estudo linguístico que contempla a análise dos processos principais, componentes do sistema de transitividade. Os resultados quantitativos obtidos mostram a predominância dos processos materiais (46,07%), responsáveis pelas ações no mundo concreto, seguidos dos processos relacionais (25,84%), que codificam visões próprias de mundo, e dos processos mentais (15,17%), que realizam ações nos planos perceptivo, cognitivo e sentimental.

Palavras-chave: Filologia; Linguística Sistêmico-Funcional; transitividade; Joaquim Nabuco.

RESUMEN

El presente trabajo objetiva presentar los resultados del proceso de edición y estudio sistémico-funcional de cartas de temática abolicionista del político y escritor pernambucano Joaquim Nabuco (siglo XIX). Para tanto, se ha utilizado el aporte teórico y metodológico de la Filología Textual, entendida, primordialmente, como afirma Auerbach (1972), como el “conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem”. Como pasos iniciales de la investigación, tras la conclusión de la etapa de digitalización de los documentos, depositados en la Biblioteca de la Fundación Joaquim Nabuco, en Recife-PE, se han escogido los criterios de transcripción de las 15 cartas seleccionadas, considerando el juego dialéctico entre el público lector y los objetivos de la edición. Establecida la lectura, de naturaleza conservadora, se parte hacia el estudio que contempla el análisis de los procesos principales, componentes del sistema de transitividad. Los resultados cuantitativos obtenidos muestran la predominancia de los procesos materiales (46,07%), responsables por las acciones en el mundo concreto, seguidos de los procesos relacionales (25,84%), que codifican visiones propias de mundo, y de los procesos mentales (15,17%), que realizan acciones en los niveles perceptivo, cognitivo y sentimental.

Palabras clave: Filología; Lingüística Sistémico Funcional; transitividad; Joaquim Nabuco.

LISTAS

Figura 1: Processos verbais e domínios de significação, conforme Halliday e Mathiessen (2004), adaptado de Furtado da Cunha e Souza (2007). p. 85

Figura 2: Tabela de quantificação de cada tipo de processo. p. 86

Figura 3: Tabela de porcentagem dos valores dos processos por carta. p. 87

Figura 4: Gráfico de ocorrência dos tipos de processos nas cartas. p. 88

Figura 5: Gráfico da divisão entre processos principais e secundários. p. 90

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	BREVES ANOTAÇÕES SOBRE FILOGIA, ARQUIVO, DOCUMENTO E TEXTO	13
1.1	SOBRE ARQUIVO E DOCUMENTO	19
1.2	SOBRE O TEXTO	21
2	A EDIÇÃO	25
2.1	CONTEXTUALIZANDO SÓCIO-HISTORICAMENTE JOAQUIM NABUCO E SUAS CARTAS ABOLICIONISTAS	25
2.2	CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO	28
2.3	TRANSCRIÇÃO	29
3	ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL: OS PROCESSOS EM QUESTÃO	74
3.1	A LSF	80
3.2	A TRANSITIVIDADE SEGUNDO A LSF	84
3.3	ANÁLISE DO DADOS	85
3.3.1	OS PROCESSOS MATERIAIS	93
3.3.2	OS PROCESSOS MENTAIS	99
3.3.3	OS PROCESSOS RELACIONAIS	105
3.4	A PARTIR DE ENTÃO...	109
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

Navegar pela história da língua portuguesa é, na feliz metáfora de Roger Lass, desejar "ouvir o inaudível¹". Impossível é, pelo menos até agora, voltar ao tempo com um bloco de anotações e sair registrando as falas, por exemplo, do colonizador quando aqui chegou, impondo sua língua e cultura aos povos indígenas, os verdadeiros donos desta terra. Impossível também voltar a esse mesmo período e registrar as línguas das comunidades indígenas pré-colonização. A mesma impossibilidade está também na volta ao tempo e registrar as línguas africanas forçosamente aqui trazidas, sobreviventes e resistentes, tais quais as milhares de línguas indígenas.

O que nos sobrou, porém, e nos permite navegar contra o tempo na tentativa de interpretar e descrever a língua de outrora, são os fragmentos materializados nos documentos, não esquecendo, entretanto, da natureza não-arbitrária da sobrevivência desses documentos, ou seja, se eles até hoje existem, é porque alguém tomou para si a responsabilidade de salvaguardá-los, imbuindo-se de poder exegetico.

O presente trabalho trata dessa navegação pelos fragmentos deixados pelo tempo, recuando até o século XIX, período de transições e mudanças nos cenários político e econômico brasileiro. Objetivamos nesta dissertação apresentar uma edição de caráter conservador das cartas abolicionistas do político e escritor pernambucano Joaquim Nabuco. Para tanto, recorreremos aos preceitos da Filologia Textual, entendendo-a como uma prática contemporânea que vai além da tentativa de fixação do texto. Concebemos, assim, a atividade filológica como uma prática que busca interpretar, a partir do diálogo com as outras áreas do conhecimento, os processos de transmissão por que passaram os textos, os valores adquiridos em cada momento da história e os valores dados hoje pela sociedade. A *praxis* filológica, como um lugar do exercício de memória (RICOEUR, 2007), tem também como objetivo a crítica filológica, que pode ser de matriz linguística, filosófica,

¹ Uma das metáforas mais usadas pela historiadora da língua portuguesa Rosa Virgínia Mattos e Silva em sua constante pesquisa na constituição sócio-histórica do português arcaico, ou medieval, e do português brasileiro.

bibliográfica, sociológica etc. Nesse sentido, percebemos uma mudança de visão no que concerne à interdisciplinaridade, vista, muitas vezes, como uma relação hierárquica rígida entre as áreas do conhecimento. O que norteia teórica e metodologicamente esta pesquisa não são as relações "auxiliares" entre as áreas do conhecimento, mas, para além disso, os diálogos realizados.

O início desta pesquisa se dá, logo após o planejamento, no arquivo. Um dos primeiros passos dados foram as várias idas à Fundação Joaquim Nabuco, em Recife-PE, onde se encontram os fac-símiles das cartas abolicionistas aqui pesquisadas. Interessante entender o arquivo, segundo Derrida (2001, p. 14), como um lugar de "consignação, isto é, de reunião". É na palavra arquivo que, amparados na etimologia, encontramos os conceitos de "começo", sendo o *a partir de*, "princípio físico, histórico e ontológico", e o "comando", relacionado à lei, à autoridade. Em termos práticos, o arquivo, que salvaguarda o documento em seu estado "primário", pode reconduzir as pesquisas empreendidas, pois nele se têm e podem achar muitos indícios que servem de elementos esclarecedores de algum aspecto da pesquisa em andamento. Dessa forma, o começo do caminho deste trabalho é no arquivo, de onde conseguimos encontrar as 15 cartas de tema abolicionista e, logo em seguida, fotografando-as com máquina não profissional, mas com recurso tecnológico de alta resolução.

Após a digitalização e armazenamento das missivas de Joaquim Nabuco, passamos à escolha dos critérios que melhor se adequassem à transcrição. Tendo em vista a não publicação, pelo que sabemos, dessas cartas em caracteres conservadores, elegemos o critérios que menos interferissem na grafia, pontuação e disposição da mancha escrita. Para fins de facilitação da leitura, optamos apenas por desdobrar as abreviaturas das palavras, indicando as partes desenvolvidas ou desdobradas em itálico. A leitura, portanto, proposta nesta pesquisa é a semidiplomática.

Estabelecido o texto, passamos ao estudo da transitividade pelo viés da Linguística Sistêmico-Funcional proposta por Halliday (1985; 2001; 2004, entre outros) e aqueles que comungam do mesmo pensamento teórico-metodológico, sendo importantes, portanto, nos desdobramentos do modelo de base semântica. Selecionamos, a partir da edição feita das cartas, os processos principais do sistema de transitividade, a saber, os materiais, mentais e relacionais.

A partir dos caminhos metodológicos e teóricos destacados acima, caminhamos para os capítulos desta dissertação, resumidos a seguir.

No primeiro capítulo, *Breves anotações sobre Filologia, arquivo, documento e texto*, apresentamos um panorama geral, portanto não exaustivo, dos estudos filológicos, assim como o surgimento desta ciência e os devidos desdobramentos. Apresentamos também uma discussão sobre o que entedemos de arquivo, documento e texto na pesquisa.

No segundo capítulo, *A edição*, apresentamos uma leitura semidiplomática das cartas abolicionistas de Joaquim Nabuco, estabelecendo previamente os critérios de transcrição, de difíceis escolhas, por vezes, devido às idiossincrasias da escrita epistolar nabuquiana e também aos objetivos de uma transcrição que estivesse alinhada a um rigoroso trabalho filológico, mas que também não sobrecarregasse a leitura com comentários excessivos e, não raramente, desnecessários, vindos em notas-de-rodapé ou em exagerados empregos de sinais.

E, no capítulo 3, *Análise sistêmico-funcional: os processos em questão*, damos atenção a Linguística Sistêmico-Funcional no que diz respeito especificamente às análises dos processos principais encontrados nas cartas de Joaquim Nabuco.

1

**BREVES ANOTAÇÕES SOBRE FILOLOGIA, ARQUIVO,
DOCUMENTO E TEXTO**

A Filologia, cuja etimologia remonta ao "amor às letras", surge da necessidade dos povos antigos de preservar os textos remanescentes, portadores de "verdades imutáveis", nas palavras de Cano Aguilar (2000, p. 14). A imbricação texto/verdade motivará o desejo de salvaguardar o espólio documental de povos até mais antigos que os gregos, como os hebreus e árabes, ainda conforme o autor citado. A Filologia, entendida como o "conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem", como afirma Auerbach (1972, p. 11), tem por objetivo também investigar os processos de fixação, transmissão e recepção dos textos.

Difícil falar de Filologia e não ao menos mencionar o seu papel na/para a memória. Ao mesmo tempo, porém, surge a necessidade de um olhar mais crítico sobre a própria memória e sua relação com a *praxis* filológica. Alerta Le Goff (2008, p. 471) sobre o papel dos "profissionais científicos da memória" – o autor não menciona os filólogos, mas os incluímos aqui – no que tange à sua democratização. Daí importa pensar não apenas o papel da Filologia na memória, mas situá-la como um "lugar de memória", tomando emprestada aqui a ideia de Nora (1981), que afirma que "[desde os] cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história 'total', toda a a tradição história desenvolveu-se como exercício regulado da memória" (p. 10). Não é difícil de se perceber isso. A história dos textos, desde aqueles oriundos das civilizações mais antigas até os textos modernos, revelam um perseguido "desejo de memória". Tome-se como exemplo máximo os *10 mandamentos* mosaicos (LE GOFF, 2008) no âmbito religioso e, já no plano laico renascentista, as gramáticas das línguas vulgares, especialmente as de língua portuguesa, como as de Fernão de Oliveira e João de Barros, onde se vê claramente a menção a uma filiação latina da língua portuguesa que outorga o direito à autonomia linguística.

Entender a Filologia como um lugar de memória é pensar na sua importância para um não esquecimento, – memória e esquecimento possuem relação constitutiva. A constatação da não existência de uma "memória espontânea" é o que confere a criação de lugares dedicados à memória (NORA, 1981, p. 13). Pesquise-se em arquivos, institucionais ou privados e museus, com vistas ao achado de fontes documentais, para que a memória não se perca no tempo. Assim, a prática filológica, que agrega as diversas áreas do conhecimento, constitui-se em prática memorialística. A própria Linguística Histórica, uma das áreas da Filologia, por se ocupar dos processos de mudança por que passa a língua, entreando o passado e sua relação com o presente, é, a despeito de muitos não reconhecerem, uma área voltada para a memória. O que procuravam, então, os neogramáticos dos séculos XVIII e XIX, de que se falará mais adiante, senão aquilo que unia o passado em comum entre as línguas, numa tentativa de resgate à origem?

A memória tem sido debatida nas mais diversas áreas do conhecimento – como, por exemplo, na Filosofia, História, Psicologia e Ciências Médicas. Sua relação com a invenção da escrita é discutida no *Fedro* de Platão. Quando Tot, demônio que descobriu "o cálculo, a geometria e a astronomia, o jogo do gamão e dos dados, e também os caracteres da escrita" (274 D e E)², oferece a escrita a Tamus, este desconfia de seus efeitos contrários à memória: "pela afeição que lhe dedicas, atribuis-lhe ação exatamente oposta à que lhe é própria, pois é bastante idônea levar o esquecimento à alma de quem aprende, pelo fato de não obrigá-lo ao exercício da memória" (275 A). A desinteriorização daquilo que se sabe, podendo levar à perda do que tem por obrigação ser de cor é um dos questionamentos da relação escrita/memória no *Fedro*. E mais: onde estará o escritor quando seu texto for questionado por outrem? Convém ressaltar, na esteira de Derrida (1997, p. 11), que seria uma "grosseria", ou "leitura cega", pensar que Platão condenava a atividade da escrita. É preciso entender que, dentro de um contexto grego de crítica aos sofistas, "escrever discursos" se constituía em atividade vergonhosa, pois onde estaria o autor para se defender quando sua escrita ficasse para a posteridade?

O problema da autoria e originalidade dos textos é a principal motivação da atividade filológica dos bibliotecários de Alexandria, por volta do século a.C., que

² A edição do *Fedro* aqui usada está sob os auspícios de Carlos Alberto Nunes do texto grego de John Burnet, sob a responsabilidade de Benedito Nunes e Sales Pinheiro (2011).

passaram a adotar processos de "restauração, inteligência e explicação dos textos" por meio da catalogação, emendas, comentários e elaborações de sumários, apostilas, índices, glossários, entre outros (SPINA, 1977, p. 61). Tudo isso visando a eliminar dos textos quaisquer marcas dos infortúnios adquiridos com o passar do tempo. Acreditava-se, então, que este caminho de restituição chegaria até aos textos originais. É neste período que, para o Ocidente, nasce a Filologia e ao mesmo tempo uma de suas vertentes, a Crítica Textual, que tem por objetivo, *a priori*, a fixação do texto a partir da edição.

A crítica textual realizada pelos alexandrinos, responsáveis pela recolha, catalogação e sistematização das obras, será aprimorada nos períodos conhecidos como Humanismo e Renascimento, para Spaggiari & Perugi (2004, p. 26), "[a] segunda grande época da filologia antiga". Retomando a leitura dos textos clássicos, os estudiosos humanistas e renascentistas se depararam com uma profusão de manuscritos, causando, assim, alguns problemas, como o de quais cópias confiar. Para Spaggiari & Perugi (2004, p. 25), o problema da abundância de várias versões de textos não resultou no questionamento da autenticidade, diferentemente de Auerbach (1972, p. 12), para quem o acesso ao conhecimento das culturas clássicas greco-latinas só era possível por meio "[d]aqueles textos antigos [...] em sua forma autêntica".

A Filologia moderna tem como principal expoente o pesquisador alemão Karl Lachmann (1793-1851), responsável pela edição das obras de Lucrécio e do *Novo Testamento*, entre 1840 e 1850, a ele se atribui "um marco decisivo na constituição da crítica textual, dando-lhe base e princípios científicos" (SPINA, 1977, p. 66). Insatisfeito com os caminhos empregados na fixação dos textos, Lachmann propõe um método de edição crítica visando a eliminar as subjetividades peculiares ao labor filológico de seus predecessores e contemporâneos (cf. SPINA, 1977; SPAGGIARI; PERUGI, 2004). Uma das principais críticas feitas pelo filólogo alemão foi a utilização da edição mais aceita, ou consagrada, como texto-base, confrontando-a com um outra edição qualquer. Afora isso, os critérios estabelecidos pelos editores eram de natureza extremamente subjetiva e duvidosa, tornando, portanto, alvos das críticas de Lachmann, que, devido a isso também, posicionou a Filologia dentro dos "rigores científicos" de então. A ele também são atribuídos o emprego de termos até

hoje adotados pela crítica textual: *recensio*, *examinatio*, *collatio*, *stemma codicum*, entre outros.

No século XIX³, a Filologia traça dois caminhos distintos, vindos, porém, de um mesmo ponto. O primeiro caminho é aquele tradicionalmente percorrido pela crítica textual, cujo objetivo maior, desde os gregos, é a restauração do texto original. O outro caminho é traçado pelos estudos histórico-comparativos e neogramáticos.

Há nos fins século XVIII, e início do XIX, um grande interesse pela investigação de pontos comuns entre línguas. A descoberta do sânscrito serviu de ponto de partida para os estudos denominados histórico-comparativos (ROBINS, 2004[1979]), que tiveram como precursores Schlegel, Bopp e Pott. É de autoria de F. Schlegel a publicação de *Über die Sprache und Weisheit der Indier* (Sobre a língua e a sabedoria da Índia) (op. cit.), obra em que o autor observa que "o estudo das 'estruturas internas' (i.e., da morfologia) das línguas poderia prestar valiosos esclarecimentos sobre o relacionamento lingüístico genético" (op. cit.). Mais adiante, Grimm estabelecerá relações entre o ramo germânico das línguas indo-europeias, sistematizando-as e relacionando-as com o "fluxo histórico e, mais especificamente, com a regularidade dos processos de mudança" (FARACO, 2005, p. 136).

Há então aí o que Rita Marquilhas (2010) chama de "Hipótese da Uniformidade", ou seja, "as gramáticas das línguas de todas as épocas e de todos os lugares têm natureza semelhante e não se degradam com o tempo". Segundo a autora, quando esta noção toma forma, há um cisma entre os estudos linguísticos e literários, pois seria inadmissível para os linguistas histórico-comparativos considerar a natureza cultural e histórica das línguas. Para Marquilhas (2010),

os filólogos do início do século XIX investiram no conhecimento das línguas de povos antigos, materializadas em textos forçosamente escritos porque queriam aceder à compreensão do espírito original desses mesmos povos. O historicismo com que abordaram a comparação dos textos antigos e medievais, europeus e indianos, servia-lhes sobretudo para atingirem um fim que era o do conhecimento das origens e da evolução da humanidade (a história do espírito do mundo). As línguas eram concebidas como

³ Vale esclarecer que não se intenta traçar aqui um panorama exaustivo, tampouco enciclopédico, dos estudos filológicos, mas, antes de tudo, situar a Filologia no tempo, tendo em vista suas contribuições e, por que não as inevitáveis tensões, próprias de cada área do conhecimento, para com/em relação às demandas contemporâneas, que serão vistas mais adiante.

memórias que se enriqueciam no momento de formação de uma cultura original, mas que perdiam vitalidade depois de atingida a idade de ouro, avançando então para fases de decadência, envelhecimento, esquecimento.

Sendo os estudos histórico-comparativos entre as línguas inegavelmente influenciados pelas ideias evolucionistas de Darwin, o que se vê são comparações e mapeamentos dos percursos das línguas que nascem, chegam ao apogeu, esvaindo-se depois como um organismo vivo.

Embora ocorra nos estudos filológicos dos oitocentos a bifurcação do que vem a ser a Filologia *stricto sensu*, chamada de Crítica Textual, e a Filologia voltada para as pesquisas histórico-comparativas entre as línguas, é interessante notar a existência de um ponto muito em comum entre as duas práticas: a busca de um elo perdido que, para a primeira, pode ser representado pelo texto original, e, para a segunda, a origem comum das línguas.

A chamada "ideologia da origem pura", conceito de Marquilhas (2010), é a mola propulsora que move o início da Filologia no período alexandrino. A preocupação com a *explicação do texto* (cf. SPINA, 1977), elucidando e explicitando pontos até então nebulosos, em que fatalmente resultariam em más interpretações – ou até mesmo na impossibilidade delas – é o ponto que será perseguido desde gestação da Filologia, passando pela prática humanista do século XVI, chegando até à Filologia moderna, com Lachmann. Erros representados por lacunas, interpolações, adição ou subtração de vocábulos e/ou sinais de pontuação deverão ser expurgados dos textos, pois são agentes de maculação do primeiro sentido.

Houaiss apresenta uma alternativa para o problema do erro (uma lacuna, uma omissão, uma deformação vocabular, p. ex.), quando "reconhece" sua importância para os estudiosos, como filólogos, historiógrafos, eruditos, entre outros. Reconhecido o erro, é hora também de se reconhecer a "necessidade imperativa de lidar com textos fidedignos e fiéis" (HOUAISS, 1967, p. 200). A via de mão dupla apresentada pelo bibliófilo e filólogo termina no momento em que retoma a importância de os pesquisadores trabalharem com "textos fidedignos e fiéis". Porém, para a prática filológica contemporânea, os erros, marcas, adições e subtrações adquiridos com o passar do tempo, não são elementos dignos de expurgações. Tudo isso são sim elementos que levam a uma prática filológica que considera o texto como "um produto cultural carregado de significação", sendo "um caminho para

estudar diferentes relações", como apontam Borges & Souza (2012, p. 25), amparados em Barthes, propondo e ressaltando a natureza interdisciplinar da Filologia, "que envolve a Crítica Textual, a Crítica Genética, a Bibliografia Textual, a Sociologia do Texto, a Linguística, os Estudos Literários e a História Cultural". Estes diálogos interdisciplinares podem ser os caminhos mais promissores para a prática filológica contemporânea. Convém conceber a Filologia além da "disciplina que tem por objectivo a reprodução ou a reconstrução dos textos do passado" e que "culmina na Crítica Textual" (DUARTE, [1977-], verbete filologia). Assim, a prática de editar textos, através da Crítica Textual, pode não ser apenas o *fim*, mas, para além disso, o *meio* de se chegar ao conhecimento de "aspectos das tradições textuais" (BORGES; SOUZA, 2012, p. 27). Conhecimento que talvez não fosse possível sem os devidos diálogos com as diversas áreas do conhecimento e com uma reflexão mais profunda e crítica sobre o papel da Filologia na contemporaneidade.

Muito tem-se questionado, dentro das demais áreas das ciências humanas, sobre o papel um tanto anacrônico da *praxis* filológica contemporânea. Segundo Borges & Souza (2012, p. 45), os motivos de tais questionamentos se devem "(i) a falta de correspondência entre os interesses da Filologia e os desígnios da ciência positivista, que fundamentaram a emergência da Linguística e algumas vertentes dos Estudos Literários" e, não menos importante, "(ii) [a]os conflitos surgidos a partir da desconstrução empreendida pelos teóricos do 'pensamento da diferença'". Os dois pontos tocados pelos autores não deixam de ter uma relação entre si. O primeiro, visto mais acima, possui ligação com o cisma ocorrido entre a Crítica Textual e a Linguística de base comparativa, tendo em vista a negação desta última de aspectos históricos e contextuais das transmissões dos textos. O segundo ponto tem a ver com as mudanças conceituais relacionadas a "fidedignidade, verdade e autoria" que encontrarão eco também no que se entende por texto.

Como se sabe, desde os povos antigos, passando pelos humanistas e chegando até a modernidade do século XIX, o labor filológico foi marcado pela procura incessante do original e do autor, entendendo-se aqui também a procura pela sua vontade. Para Compagnon (2010, p. 59), um dos responsáveis por isso foi o alemão Friedrich Schleiermacher (1768-1834), para quem "a verdadeira significação de uma obra é a que ela possuía em sua origem". O método que levaria ao encontro das verdades da vontade do autor e do primeiro significado é conhecido

como "círculo hermenêutico", no qual o intérprete lança uma primeira hipótese sobre o sentido global do texto e depois relaciona esse todo com as partes em um jogo dialético.

As ideias e métodos de figuras importantes na história da Filologia moderna, como Schleiermacher, e, sobretudo, Lachmann, encontram eco ainda na *praxis* filológica contemporânea, mesmo depois de, aproximadamente, dois séculos de distância. É preciso, com uma certa urgência, rever alguns conceitos e/ou categorias, herdeiras da ciência filológica novecentista, quase nunca questionadas na atualidade, como assinala Moreira (2012). Vale ressaltar que a discussão aqui empreendida não objetiva, sob hipótese alguma, descartar o percurso dos estudos filológicos realizados por Lachmann e seus contemporâneos, mas tensionar as categorias de análise propostas, como genuinidade e originalidade, recorrentes em um discurso da busca pela "verdade", na "vontade de verdade", apoiada e difundida institucionalmente, inclusive pelos processos de edição e circulação dos livros (FOUCAULT, 2009[1970], p. 17).

Nas próximas seções, trataremos de alguns conceitos caros à Filologia, arquivo e documento, na tentativa de pô-los em tensão, ainda, com a ideia de "verdade", "originalidade" e "genuinidade", mostrando, ao mesmo tempo, a forma como são concebidos neste trabalho.

1.1 SOBRE ARQUIVO E DOCUMENTO

Em seu conto *A memória do mundo*, Ítalo Calvino (2001) narra o projeto de uma empresa que tem como meta arquivar tudo o que diz respeito à vida do homem na Terra, já que seu fim está mais próximo do que tenha se imaginado antes. O curioso projeto de construção de "uma memória centralizada do gênero humano" resultaria em um "modelo em que tudo conta como informação, mesmo o que não é" (CALVINO, 2001, p. 130).

Dois pontos no conto de Calvino chamam atenção. O primeiro é relativo à preocupação de se preservar, tendo em vista um futuro certo de destruição do mundo. O segundo ponto diz respeito à decisão do narrador de selecionar o que fará parte da memória e o que será esquecido, chegando a dizer que " não dando certas

informações damos mais do que daríamos dando-as" (op. cit.). Na construção do arquivo fictício, nota-se a autoridade de alguém cuja função é a de reunir informações, "mesmo o que não é", que remete ao conceito de *arconte* de Derrida (2001, p. 12), em seu *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Ao *arconte*, além de lhe ser atribuída a tarefa de salvaguardar o arquivo, ficava também sob sua responsabilidade o poder de interpretação.

O *arconte* do conto de Calvino, por ser uma autoridade hermenêutica e guardadora, se reserva o direito também de conferir à *consignação* do arquivo uma "leve marca subjetiva", que compreende o "opinável", também "arriscado", garantindo assim o efeito de verdade desejável.

Em seu projeto filosófico de desconstrução, Derrida problematiza o caráter accidental do arquivo, que serve de metonímia para os conceitos de *história*, *verdade* e *poder* (cf. BIRMAN, 2008, p. 108), reveladores da "vontade de verdade". Se existe hoje um lugar em que são reunidos – *consignados*, na expressão derridiana – documentos dos mais diversos é porque um "alguém", instituído de autoridade suficiente o fez. Pensando especialmente no presente trabalho, só é possível a edição das cartas de Joaquim Nabuco porque um "alguém", que é o arquivista/intérprete, as reuniu, selecionou, transmitiu, guardou, preocupando-se com o futuro. Aí também estão questões que atravessam os âmbitos privado e público.

Pensar o arquivo, conforme o projeto filosófico derridiano, é superar a ideia de "uma massa documental fixa e congelada, tendo no registro do passado a sua única referência temporal, sem que os registros do presente e do futuro estejam efetivamente operantes no processo de arquivamento", como afirma Birman (2008, p. 109). O arquivo é o lugar onde se conjuga o presente, o passado e o futuro. Lugar, como dito antes, desprovido de caráter accidental.

Em perspectiva semelhante pensamos também o documento. Notáveis e importantes são as contribuições da chamada *nova história* para as pesquisas históricas. Partindo do estudo que enfoque a atividade humana (BURKE, 1992), este paradigma leva em consideração a mutabilidade do passado, sujeito, portanto, a várias outras interpretações no tempo e no espaço. Entra em cena, então, conforme Burke (1992, p. 11), "a ideia de que a realidade é social e culturalmente construída".

O documento é entendido assim como monumento (LE GOFF , 2003, p. 526), pois possui o traço característico fundamental do "ligar-se ao poder".

Pode-se questionar o valor do entendimento aqui proposto para o arquivo e documento para os estudos históricos da língua, principalmente para a Filologia e para a Linguística Histórica, mas como interpretar de uma forma mais holística a escrita, por exemplo, do político e escritor Joaquim Nabuco, se não se levar em consideração a sua posição social na época, as formas de transmissão de seu legado escrito e a importância dada aos pesquisadores do passado?

Não pretendemos aqui adotar uma postura moralista e destrutiva, onde não se reconhece toda uma tarefa de anos em arquivos e acervos brasileiros por parte dos filólogos e linguistas. Mas há uma lacuna que diz respeito a uma visão mais crítica do arquivo e do documento. Essa lacuna talvez remeta ao cisma dos estudos filológicos lá atrás, no século XIX, em que aqueles interessados no caráter histórico e social do texto e aqueles preocupados mais com as estruturas linguísticas em mudança se separam. Concepções pautadas numa crença acidental do documento podem ser vistas, ainda, em Labov (1994, p. 11), citado por Lobo (2009, p. 310), que assevera: "os documentos históricos sobrevivem por acaso, não por desígnio, e a seleção que se pode obter é produto de uma série de acidentes históricos imprevisíveis"⁴. Conceber o caráter acidental do percurso pelo qual o documento passa no tempo e no espaço é deixar para trás o fator poder, presente na língua no momento da eleição (não acidental) de uma norma padrão de fala e escrita, e presente (por que não?) nas suas mais variadas formas de transmissão.

Em termos práticos, difícil não questionar a escassez de material escrito por negros durante o inclassificável período escravagista, legal e não legal, e, paradoxalmente, haver muitos outros registros daqueles autorizados a falar sobre o assunto. Não se trata, sob hipótese alguma, de descartar o estudo desses registros, mas de vê-los de forma mais crítica. "[O] documento deve ser submetido a uma crítica mais radical", assinala Le Goff (2003, p. 533), pois, nas oportunas palavras de Benjamin (2012, p. 245), "Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie". E nisto está incluído, segundo o autor, o seu "processo de transmissão". A crítica ao documento pressupõe a investigação de seus caminhos no tempo e no espaço feitos não de maneira fortuita ou por

⁴ Na tradução de Lobo (2009).

acaso, como Labov entende. Naturalizar os caminhos pelos quais passaram o documento é esquecer os aspectos sociais, e de poder, inerentes aos processos de transmissão. O valor do documento para a Filologia está apenas ligado ao que se pode extrair de sua forma, ou seja, do tipo de suporte, do tipo caligráfico e, no nível linguístico, nos curiosos fatos fonético-fonológicos, lexicais e morfossintáticos?

Operacionalizar a ideia desconstrutora do documento e arquivo, no âmbito dos estudos filológicos e linguísticos, não é tarefa fácil. Conceber, porém, o documento em suas "condições de produção", como "documentos-monumentos" (LE GOFF, 2003, p. 538), reconhecendo sua sujeição às construções sócio-culturais, pode ser o começo de uma pesquisa de caráter mais crítico, não enviesada pela quimera da objetividade.

Importante também ressaltar que, ao "desestruturar" (LE GOFF, 2003) o que se pensa do documento, também do arquivo, abre-se espaço para o alargamento dessas categorias. As fontes documentais orais vem sendo cada dia mais pesquisadas, levando, por conseguinte, a se ver a história de uma outra perspectiva (BURKE, 1992).

Abordamos nas breves linhas acima a importância do arquivo e do documento. A discussão da próxima seção é reservada à importância do texto e a sua concepção para este trabalho.

1.2 SOBRE O TEXTO

Quando se pensa em um conceito para texto, não raro surge a ideia de pensá-lo em sua etimologia, ou seja, como um tecido. Barthes (2010, p. 74) atenta para o fato do conceito de texto como um produto acabado, afirmando que "nós acentuamos agora, no tecido, a ideia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo". O que o autor quer mostrar, dentre muitas outras coisas, é a impossibilidade de se chegar a um sentido final do texto, a despeito de uma "vontade de verdade", esboçada na procura pela "vontade do autor".

Halliday (2001, p. 179), fundador da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), modelo teórico metodológico de análise que será usado neste trabalho, afirma ser o

texto não dotado de um princípio e fim, é, também conforme Barthes, "o entrelaçamento perpétuo", onde se notam os mais variados fatores sociais em jogo. O texto é, portanto, para Halliday, e para a LSF, um conceito sócio-semântico. Para este trabalho, a ideia de texto como algo que vai além de um produto acabado é de grande valia, uma vez que em seu uso entram em cena questões relacionadas à sua circulação, transmissão e consumo, além dos valores simbólicos a ele atribuídos.

Importante entender que texto e contexto, como assinalam Motta-Roth & Heberle (2005), amparadas nos conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional, não são categorias isoladas, pelo contrário, são integradas "no processo de significação, de organização e construção da experiência humana" (MOTTA-ROTH & HEBERLE, 2005, p. 15 apud HEBERLE, 2000, p. 297). Interessante perceber que o contexto, para a LSF faz parte de todo o processo de interação. Faz parte também dos atores sociais, inclusive em termos cognitivos, sendo que o contexto de situação está mais para o "vir a ser", em termos mesmo de potencialidade, e o contexto de cultura a própria instanciação, ou materialização, do ato comunicativo. Assim, ainda conforme Motta-Roth & Heberle (2005, p. 15), "[um] conjunto compartilhado de contextos da situação constitui um dado contexto da cultura, sistema de experiências com significados compartilhados", sendo "o sujeito [...] constituído pela soma de suas próprias interações e pelos códigos semióticos em funcionamento nas comunidades de que participa".

O conceito trabalhado de texto/contexto na Linguística Sistêmico-Funcional permite investigar em seus aspectos mais descritivos, levando sempre em consideração o uso, obviamente, e/ou investigá-la em seus aspectos discursivos, relativamente ao poder engendrado por diversos outros fatores, como social, político-econômico etc. O que é caro a LSF, usando uma expressão bem própria para descrever o sistema de transitividade, é o *quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias*" (FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007, p. 54).

Voltando a Barthes em sua obra *O prazer do texto*, esse entrelaçamento "perpétuo do texto" é assim porque, gerado o texto, estarão ligados a essa tecido o sujeito, a história, o poder, a sociedade etc. Daí a importância de se fechar este capítulo com uma ideia não fechada do texto e, conseqüentemente, do contexto. Aliás, o próprio Halliday não encerrou a discussão, levando muitos a criticá-lo em sua "vaguidão", muitos desses alegando uma postura epistemológica "pós-

moderna", incapazes, porém, de entender que os conceitos, na contemporaneidade, não carecem de fechamento.

Discutidos em linhas gerais o estatuto do arquivo e do documento, bem como do texto e do contexto e suas respectivas importâncias para os estudos filológicos de forma mais ampla ou, mais especificamente, dos estudos para a história da língua, no próximo capítulo abordaremos alguns aspectos da pesquisa filológica e as fontes disponíveis e, mais adiante, o contexto sócio-histórico da cartas aqui pesquisadas e a autoria, mostrando também a importância de uma edição.

2

A EDIÇÃO

A investigação em história da língua, entre muitos desafios, apresenta o desafio da procura por fontes documentais. No caso de um trabalho que se pretenda cobrir um longo período de mudança linguística, a recolha de *corpus* representativo se fará extremamente necessária. Em se tratando de um trabalho que objetiva descrever um estado sincrônico⁵ passado da língua, embora não se faça necessário *a priori* a procura por um *corpus* representativo, a procura por fontes documentais se fará também necessária. Caso o pesquisador opte pela investigação em documentos remanescentes, suas fontes são denominadas de primárias e abarcam, como afirma Mattos e Silva (2008, p. 30), "[os] manuscritos existentes, quer pelos primeiros livros impressos, quer pela intermediação de edições, de vários tipos". Recorrendo o pesquisador "[às] reflexões de gramáticos ou de outros tipos de textos que transpareçam comentários sobre usos linguísticos do período que se estuda" (op. cit., p. 50), suas fontes se classificarão em primárias.

Para o presente trabalho com as cartas de temática abolicionista de Joaquim Nabuco, recorreremos às fontes primárias que são os documentos manuscritos, em sua maioria microfilmados. Objetivamos neste capítulo contextualizar sócio-historicamente o período de redação das cartas nabuquianas, caracterizando brevemente em seguida suas condições extrínsecas e intrínsecas. Por fim, apresentamos os critérios de edição para as cartas e a leitura realizada, um dos objetivos principais.

2.1 CONTEXTUALIZANDO SÓCIO-HISTORICAMENTE JOAQUIM NABUCO E SUAS CARTAS ABOLICIONISTAS

O Brasil dos idos novecentistas está inserido, entre muitos outros fatos sócio-históricos, em levantes, processos de embranquecimento e também em vias de

⁵ Trataremos mais adiante do problema *sincronia x diacronia*.

urbanização. Na cultura literária, o movimento romântico reivindica uma literatura nacionalista, representados por figuras como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, e, na prosa, com José de Alencar. Mas pensar no Brasil é pensar também no período escravista iniciado bem no início do século XVI e que soma, em sua fase final, entre 3.500.000 e 3.600.000 africanos, entre guineenses, angolanos, moçambicanos, entre outros (PETTER, 2006, p. 124 apud MATTOSO, 1982, p. 22-23).

Pertencente a uma geração da segunda metade do século XIX⁶, o escritor e político Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo acompanha ainda as mazelas do regime escravista brasileiro. Acompanha também o processo de libertação dos escravos, processo este, como assinala Carvalho (2010, p. 11), que vai além da "dialética senhor-escravo", sendo então necessário "trabalhar os liames entre vários agentes sociais ao invés de isolá-los em pares antinômicos". Entender o regime escravista e seu tráfico é entender também o que vai além da ideia pré-concebida do escravo sendo privado totalmente do seu ir e vir. A resistência e sobrevivência do negro escravo

não implicavam numa fuga para o mato, nem deixar necessariamente a cidade. Fingir de forro pelas ruas, mudar de dono quando achasse conveniente, arrumar alguém que lhe escondesse por algum tempo, são algumas dessas alternativas visando contornar, e não confrontar, as imensas restrições impostas pelo regime escravista (CARVALHO, 2010, p. 14-15).

Notava, muito provavelmente, Nabuco toda essa dinâmica de resistência e sobrevivência. Com cerca de 21 anos de idade e estudando direito, o político pernambucano, como narra Santos (2012), resolve defender, em 1869, o escravo Thomaz, acusado de matar uma autoridade de Olinda e um soldado da Casa de Detenção do Recife, hoje Casa da Cultura. O escravo Thomaz era um dos muitos exemplos não típicos de resistência pontuados acima por Carvalho (2010). Fogueteiro, sobrevivia do próprio ofício, mantendo uma certa autonomia, além de transitar relativamente sem problemas pelas ruas, convivendo e conhecendo a população livre. Acusado de duas mortes, a sentença certa para Thomaz era a pena capital. Nabuco, porém, em defesa do escravo, "usou toda a sua retórica para

⁶ Joaquim Nabuco nasce no ano de 1849, em Recife.

inocentar o réu e culpar a escravidão e a pena de morte, dois crimes sociais tidos por ele como inconcebíveis para uma sociedade avançada" (SANTOS, 2012, p. 209). Isto causa sentimento de revolta na elite pernambucana da época. Diferentemente de seu pai, o senador José Tomás Nabuco de Araújo, o jovem estudante de direito era contra a pena de morte. Esta seria, então, uma das primeiras causas relativas à escravidão que Joaquim Nabuco tomaria pra si, levando-o a ser conhecido como "abolicionista".

Daí em diante, Nabuco se volta à "campanha abolicionista". Muitos foram os fatores que o levaram a ter êxito político, também a encontrar muitos desafetos em sua frente. Sendo filho de político, Joaquim Aurélio usufruiu das benesses da educação, muito precárias para muitos já naquele tempo. A escassez de professores era muito comum e, não raro, de alunos também, segundo Silva (2012, p. 73). Paradoxalmente, a superlotação nos espaços destinados ao ensino já era também um problema. Afora isso, o ofício de mestre era penoso por conta dos salários baixos, e os concursos públicos eram verdadeiros duelos (op. cit.).

É no Engenho Massangana, cujo dono era o padrinho de Joaquim Nabuco, que ele terá acesso ao ensino das chamadas primeiras letras. Era muito comum na época o ensino no engenho, sendo os serviços dos professores recompensados com salários propriamente ditos ou moradia ou até mesmo alimento (op. cit., p. 74). Uma fato sobre a história de educação que é importante notar aqui, ainda usando como referência Silva (2012), é que, por não haver escolas separadas para negros e brancos no Brasil, "os não brancos assumiram o enfrentamento do racismo e das práticas de discriminação cotidianamente, nos espaços escolares públicos" (op. cit., p. 76).

A educação de Nabuco, por ser um não negro, lhe garantiu privilégios perante até seus pares. Contextualizando sócio-historicamente e linguisticamente o período em que recebeu os primeiros ensinamentos formais, vê-se que esse mesmo período não se distancia tanto das políticas (não)linguísticas do Marquês de Pombal, em 1756, que estabelece a língua portuguesa como "língua da colônia" (MATTOS E SILVA, 2004, p. 21), obrigando seu uso na documentação oficial. O mesmo decreto vai de encontro ao uso das línguas gerais, a paulista e a amazônica (RODRIGUES, 2006), línguas aqui faladas entre os portugueses e as populações indígenas. O

caminho para a formação de uma norma culta, de padrão luso, está aberto, e Nabuco vive esse tempo.

Assim, não é de causar espanto que, a despeito do movimento romântico em busca de uma literatura mais nacionalista, Joaquim Nabuco seja uma dos expoentes políticos mais conservadores em relação à sua escrita, como assinala Faraco (2008, p. 124), levando também Pagotto (1998, p. 56) a afirmar: "Terminamos o século XIX com a norma culta mais europeia do que nunca". E aí está a resistência da intelectualidade daquele século, na qual Nabuco está inserido, em relação a uma norma popular.

Não é de causar surpresa que estudiosos da história da língua portuguesa no Brasil, a exemplo do filólogo Serafim da Silva Neto, tratando dos contatos linguísticos próprios da formação do português brasileiro, declare a língua portuguesa como "vitoriosa" (SILVA NETO, 1960 apud MATTOS E SILVA 2004, p. 32). Talvez esteve Silva Neto mais atento, em sua pesquisa, aos registros escritos mais lusitanizantes. A realidade do português brasileiro é, contudo, "heterogênea, plural e polarizada" (MATTOS E SILVA, 2006, p. 226). Os motivos para tal afirmação remontam ao seu processo sócio-histórico de constituição que leva em consideração as milhares de línguas indígenas já existentes por aqui antes do ano de 1500; as línguas africanas para cá trazidas, representadas por dois troncos linguísticos, a saber, o congo-cordofaniano e o afro-asiático (cf. PESSOA DE CASTRO, 2005); e a língua do colonizador. Diante de complexas questões de ordem histórica, social e linguística, como pensar em uma única norma linguística?

O estudo da escrita epistolar nabuquiana é de grande importância, pois nos faz pensar na formação da norma culta da época ou, até mesmo, o forjamento dessa norma. Levantados os fatores acima elencados relativos à contextualização sócio-histórica, e linguística, do momento de produção das cartas de Joaquim Nabuco, como também um pouco de sua biografia, a próxima seção tratará de explicitar os critérios de transcrição adotados e, a seguir, a leitura de caráter conservador.

2.2 CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

Selecionamos os seguintes critérios para a leitura semidiplomática das cartas de Joaquim Nabuco:

- 1) A transcrição é de caráter eminentemente conservador.
- 2) A disposição gráfica do texto é respeitada.
- 3) A identificação da numeração das cartas e a paginação estão no canto superior esquerdo da transcrição.
- 4) Enumeramos as linhas das páginas de 5 em 5, contando apenas a mancha escrita do documento.
- 5) Preserva-se a grafia original original do texto, em quaisquer circunstâncias.
- 6) As palavras grafadas ligadas umas nas outras são separadas, desde que não indiquem algum fenômeno linguístico da época.
- 7) Os sinais de pontuação são rigorosamente mantidos.
- 8) As abreviaturas são desdobradas e as partes suprimidas indicadas em itálico.
- 9) Palavras grafadas juntas, se não indicarem nenhum fenômeno linguístico da época, são separadas na transcrição.
- 10) Os trechos transcritos por conjectura são indicados por /*/.
- 11) O sinal / \ indica supressão.
- 12) O sinal << >> indica supressão dentro da supressão.
- 13) O sinal < † > indica supressão ilegível.
- 14) O sinal [↑] indica acréscimo na entrelinha superior.
- 15) O sinal [↓] indica acréscimo na entrelinha inferior.

2.3 TRANSCRIÇÃO

C1 p1

Rio, 8 de Maio de 1880

Meo caro *Senhor Doutor* Jaguaribe,

05 Recebi há dias, e muito lhe agradeço,
os seus tres volumes. Dois delles ja eram
meos conhecidos. Sympathiso muito com
as suas iniciativas todas, pela utilidade
de cada uma, e por esse espirito pratico
de progresso e melhoramento que as
anima e determina. Eu já sabia que
10 o tinha por companheiro nessa campa-

nha abolicionista, que tarde demais
começa. Os bõns operarios infelizmente
ainda se conhecem quasi todos entre si.
Queira acreditar-me Seo /**Amigo/ /**e/ Obrigado
Joaquim Nabuco**

15

C2 p1

A Sociedade
Cearense Libertadora

C2 p2

Rio 29 de Setembro de 1881
José Corrêa
do Amaral,

5 Tive o prazer de receber diversas communi-
cões que *Vossa Senhoria* teve a bondade de fazer-me em
cartas de 30 de Agosto, 31 do mesmo mez, 9 e
10 de Setembro assim como a carta collectiva que
me dirigiram os representantes da Cearense Liber-
tadora. Tinha antes recebido o seo telegrama que
10 muita alegria nos causou a todos, e que me pedia
desse em boletim. Julguei mais conveniente man-
dal-o á Gazeta da Tarde que tão bons serviços
nos presta por ser melhor a publicidade do
jornal do que a de boletins. A Gazeta de Noti-
15 cias commentou em um bom artigo o proce-
dimento dos Cearenses. Appareceo uma publicação
contra os abolicionistas do Ceará, mas o articulis-
ta inepto quem quer que seja fez-nos antes
bem do que mal transcrevendo o seo Manifesto
20 que sem isso teriamos mandado publicar no
Jornal. Recebi tambem uma carta sua relativa
ao Doutor Antonio Pompeo a quem já mandei a
carta de apresentação. Quando soube da

C2 p3

05 demissão do *Doutor* Frederico Borges dirigi-lhe
um telegramma felicitando-o pela sua atti-
tude; supponho que é esse o telegramma ao qual
Vossa *Senhoria* se refere. Fico sciente de que a palavra ahi
registrada para as nossas communições é a
palavra Trincbeiras. Muito me interessa o que
me diz sobre o Leão Velloso, será possível?
Agora que tenho respondido ás suas cartas
menos quanto ao ponto relativo ao *senhor* Nunes de
10 Mello cujo caso parece grave – deixe-me dizer-
lhe que no “Abolicionista” hontem publicado vem
um artigo meo commentando o procedimento do
Ceará. <n>/Nã são mais ou menos boletins nem
15 artigos de jornais que podem augmentar o brilho
da campanha abolicionista no Ceará. Felizmente
já há no paiz uma provincia cujo sentimento
unanime repelle a escravidão, já há uma porção
do solo brasileiro que não precisa de ser regada
pelo suor do escravo. Quando penso no que
20 tem feito o Ceará tão nobremente depois da
<†> pela liberdade humana sinto que elle

C2 p4

tem pago a divida que contrahira com a
<demissão do Doutor Frederico Borg>
patria na melhor moeda que a sua gratidão
podia cunhar. O movimento dos jangadeiros, a
cooperação de todas as classes da sociedade
na obra que é a gloria do nome Cearense
pertencem a historia. Com a qual ufania não
lemos ha dias um telegramma dictado ao
proprio Jornal do Commercio de Pernambuco <†>
dando conta dos progressos da emancipação
no Ceará e attribuindo-as á efficaz, energica
e decidida acção da “Cearense Libertadora”!
Os senhores estão na vanguarda e muito breve,
espero, os Brasileiros todos terão a consolação
de dizer que há no seo paiz uma provincia de solo
livre, onde a escravidão não medra porque o
caracter do povo tornou-se viril, sadio e honesto.
Não se deixem entibiar por nos ser impossivel
no meio com que actuamos imitar o seo exemplo.
A capital do Imperio é ainda e o será Deos sabe
até quando um torpe

C2 p5

mercado de escravos, a que não vibra o sentimento abolicionista senão sobre camadas retractas e inertes, lá elle tem repercussão em cada filho da terra. A obra do Ceará é grande, é immensa, e o nome da “Libertadora Cearense” ha de ficar para sempre immortal na historia da nossa civilização, que estamos todos iniciando com sacrificio proprio. Aceite para si e para cada um dos seus companheiros as saudações entusiasticas que lhe dirijo em meo nome e no dos abolicionistas que acompanho. A minha candidatura lucta com serias difficuldades, e é muito provavel não entrar eu para o Parlamento. Não importa, conseguimos já fazer da emancipação da qual ninguem mais se occuparia, um factor em nossa politica – cada concessão acarretará outras – cada reforma determinará novas aspirações. Os homens não são senão instrumentos da idéa e a deputação Cearense honrará o nome da sua provincia continuando diariamente a obra encetada. Remetto-lhe alguns exemplares de circulares minhas, vou publicar um Manifesto eleitoral abolicionista. Sem lugar para mais, creia-me sempre, seu companheiro de causa. Joaquim Nabuco

C3 p1

Londres, 6 de Novembro de 1882.

Excelentissimo Senhor Conselheiro Paranaguá,

05 Como Cidadão Brasileiro julgo do meo dever
chamar a attenção de *Vossa Excelencia* para um edital do
juizo da provedoria de Valença, datado de 22 de
setembro de 1882 e assignado pelo escrivão Gaudencio
Cesar de Mello. Esse edital, que foi publicado no
10 Jornal do Commercio de 7 de Outubro chama propos-
tas para uma praça de escravos e ingenuos, em
que Africanos de menos de cincoenta annos (quando
a lei de 7 de Novembro de 1831 nunca revogada
já tem cincoenta e um) figuram ao lado de escra-
vos de dez annos (quando a lei de 28 de Setembro
de 1871 já tem onze annos), e de ingenuos até de
15 dias, assim postos em arrematação como se esta
ultima lei não tivesse sido registada <no Codigo> [↑ na Legislação]
<Negro da magistratura de Valença> [↑ de Valença ou não existisse na do Estado]. Assim
poem se á venda n'esse edital "os serviços (
por exemplo) da ingenua Georgina, preta, 1 anno,
20 filha de Candida avaliados por 20\$; serviços de
Damasina avaliados por 20\$; serviços da ingenua
Orminda, parda, 3 mezes, filha de Clara, avaliados
por 20\$000; serviços da ingenua Leonidia, parda,
de dias, filha de Alcina, avaliados por 10\$000.

C3 p2

Não conheço maior prostituição da justiça do que esse edital do principio ao fim! A mão treme-me de indignação ao chamar atenção do Governo Imperial para <elle, para o modo pelo qual> [↑ esse tráfico judicial de ingenuos]

- 5 <se arrasta – perante a civilização – o nome Brasileiro pela lama das ruas de Valença>! A audacia de põem-se em hasta publica ingenuos de mezes e de dias faz quasi esquecer a audacia com que a magistratura local põe em prova Africanos
- 10 necessariamente importados depois da lei que [↑ (pela idade marcada e que num edital de venda bona fide)] declarou livres todos os escravos que entrassem no territorio ou pórtões do Brazil vindos de fora. N'esse edital são <postos a venda> [↑ annunciados] os seguintes escravos: Marcellina, crioula, 10 annos filha de Emenciana, quero dizer Emiliana, avaliada por 800\$000;
- 15 Manoel, crioulo, 10 annos, filho de Rosinha, avaliado por 700\$000 “ [↑ (e mais dois)]: pode haver em 1882 escravos de dez annos no Brazil?
- Não chamo a atenção de *Vossa Excelência* para os seguintes
- 20 escravos: “Agostinho, preto, 33 annos, morphetico, avaliado por 300\$000; Manoel, Cabinda, 76 annos, cego, avaliado por 50\$000; Luiz, de nação, 81 annos, avaliado por 50\$000; João, Mocambique, 86 annos avaliado por

C3 p3

50\$000 e outros porque, se esses infelizes <não deixam de> tem [↑o] direito de queixar se <do estado> do nosso paiz, onde morpheticos [↑ cegos] e velhos de mais de 80 annos são postos em arrematação como escravos sem que a autoridade publica os reclame para algum asylo de caridade, a lei <não se acha> [↑ escripta não foi] violada n'essas odiosas aberrações da moral publica.

(N'este momento reclamo tão somente que a lei de 28 de Setembro não entre desde já em prescripção e pergunto a *Vossa Excelencia*: Pode haver escravos de 10 annos no Brazil em 1882? Se não pode os que antes citei, e aos quaes devo accrescentar mais dois: Brasileiro, pardo, 10 annos, <F>/filho de Ephigenia, avaliado por 1:000\$000, e Maria, parda, 10 annos, filha de Emilia avaliada por 1:000\$; devem ser postos em liberdade como ingenuos que são?) = Em que artigo da lei de 28 de Setembro de 1871 se autorizam praças publicas de ingenuos, ou [↑ a] venda dos [↑ seos] serviços? <de crianças de mezes e de diaz? Po-

dem por aquella lei ser alienados os filhos da mulher escrava ou o direito aos serviços d'elles transmite se somente por successão necessaria depois da idade em que elles devem acompanhar a mãe quando esta mude de senhor? Podem crianças menores de doze annos ser vendidas sem as mães – >

C3 p4

Podem ser vendidos os serviços dos ingenuos? Os ingenuos menores de 12 annos, diz a lei, acompanharão a mãe, no caso de ser esta vendida. É isso venda dos serviços dos ingenuos? Em que caso, alem d'esse, transfere-se o direito conferido aos senhores? Nos casos de successão necessaria. Não há outra excepção na lei de 28 de Setembro de 18<8>/7\1. No regulamento há porem uma terceira, abusivamente inventada pelos autores do Regulamento n'este artigo: "Artigo 16: Os serviços optados, em conformidade da lei, são intransferiveis, salvos os casos dos §§ 5º e 7º do artigo 1º da mesma lei (são as excepções acima) ou, se o menor fôr de idade superior a 12 annos, havendo accordo com a assistencia de um curador ad hoc e consentimento do juiz de orphãos.)

Aqui porem trata se de ingenuos de mais de de doze annos, o que não é o caso do Edital. Onde existe porem na lei o direito de pôr um inventariante em arrematação, para pagamento de dividas no inventario, ingenuos de menos de 6 annos?

Os que têm mãe viva acompanham necessariamente a mãe e não podem ser vendidos a parte; aquelles porem cujas mães falleceram, como há tantos no edital, em virtude de que artigo de lei são postos á venda?

25

(Segue na pagina 55)

C3 p5

<ou mesmo com as mães em lote aparte? Não há um crime judicial n'este item do edital: serviços da ingenua Januaria, crioula, 5 annos, filha de Angelica, fallecida, avaliados em 60\$000? Ou nos seguintes: serviços do ingenuo Oscar, pardo, 5 annos, filho de Bem vinda fallecida, avaliado por 80\$000; serviços da ingenua Alice, parda, 2 annos, filha de Angélica fallecida? Ahi estão ingenuos todos menores de 6 annos – orphãos de mãe – e vendidos contra as mais expressas disposições da lei – a que impöz aos senhores a obrigação de criar e tratar a<<† †>>té aos oito annos de idade completos os filhos da mulher escrava – e a que lhes negou o poder de alienar os ingenuos excepto os menores de 12 annos que acompanham necessariamente a mãe.> Veja depois da carta a pagina A lei de 7 de Novembro de 1831 que abolio o trafico está de facto revogada; chegou o momento de mostrar o Governo que essa não póde ser a sorte da lei de 28 de Setembro de 1871. É preciso impedir esse trafico de ingenuos [↑ que desponta.] Não é abafando escandalos d'essa ordem que <a historia ha de seguramente desenterrar para julgar da moralidade e dos sentimentos das administrações nossas contemporaneas, que> se o

5
 10
 15
 20
 25

C3 p6

uma pagina tristissima na historia do Bra-
 zil, <a do trafico dos ingenuos, como eu disse>, e
 cabe a *Vossa Excelencia* rasgal-a quanto antes. <Estou certo
 de que um inquerito será feito – e d'elle resultará
 5 a interpretação verdadeira <<sobre>> da sorte d'esses
 infelizes que a lei declarou livres e ingenuos, mas
 <<para>> aos quaes a justiça estendeo o triste privi-
 legio dos escravos – de serem vendidos, não em
 mercado aberto – mas em praça judicial!> A
 10 começar a venda por editaes ou sem editaes dos
serviços dos ingenuos, a lei de 28 de Setembro será
 em breve reputada pelo mundo como a [↑ de todas] a mais <es-
 candalosa> [↑ monstruosa] mentira a que uma nação [↑ jamais] recorreo
 para esconder <o seo> [↑ um] crime, <e a sua vergonha>.
 15 A praça estava marcada para o dia 26 de
 Outubro e a esta hora já terá tido logar: a au-
 toridade publica porem terá meios de perseguir
 os criminosos e <salvar> [↑ resgatar] os innocentes. A questão é a seguin/*te:/
 [↑ Podem ou não os ingenuos ser vendidos? Pertence ao Governo salvar a
 dignidade
 20 de toda essa immensa classe creada pela lei de 28 de Setembro.]
 Escrevo a *Vossa Excelencia* com plena confiança nas suas in-
 tenções e espero que prestará ao objecto d'esta
 carta, se o não achar indigno d'ella, toda a sua
 attenção.
 25 Sou de *Vossa Excelencia* com a maior consideração
 Amigo Obrigado e Criado
 Joaquim Nabuco

C4 p1

Londres, 12 de Novembro de 1882

*/*Ilustrissimo/* amigo o *Senhor Doutor* Antonio Pinho,

5 Faltam-me expressões para agradecer-lhe as generosas palavras que disse a meo respeito na Camara. Ellas são para mim uma fonte de legítima e elevada consolação.

10 Os Abolicionistas têm deante si um caminho escabroso, <e>/m\as no futuro restar-lhes ha a satisfação de terem feito o seo dever. Alem d'isso o abolicionismo é uma escola viril e austera em que aprendemos a desprezar honras sem honra, posições sem dignidade, glorias sem fundo e a eliminar dos nossos sentimentos a inveja, o egoismo e a ingratição. Continuemos pois a pagar a divida da patria a infeliz raça que a tem feito o que ella é.

15 Desejo-lhe na proxima sessão um papel activo, vigilante e cada vez mais proeminente. *Vossa Excelencia* escreve nos Annaes do actual Parlamento as unicas folhas dignas <da> [↑ de uma] Assembléa de <um> povo civilizado.

C4 p2

A provincia do Ceará não há o de esquecer quando
fôr chamada a eleger nova deputação: pela honra
do nome Cearense, não o póde.
Creia-me de *Vossa Excelencia*.

5

Obrigado Amigo e Correligionario

Joaquim Nabuco

de uma

C5 p1

Londres, 12 de Novembro de 1882.

Meo caro Lobo,

5 Isto já é falta de vergonha da minha parte, mas
o que quer *Voce*? Habituei-me por ttal modo á sua compa-
nhia e conversa no Rio que hoje não posso mais
passar sem, ao menos, escrever-lhe de vez em quando
e assim imaginar que vamos juntos de bond para
as Laranjeiras ou estamos passeando na rua do
Ouvidor. Como vae o nosso amigo?

10 Escrevo por este Correio uma carta ao Adolpho
cobrindo outra para o Paranaguá sobre um escan-
daloso edital de Valença publicado no Jornal de 7
de Outubro. Peço-lhe que depois de publicada a minha
carta, da qual mando copia ao Adolpho, *Voce* se
15 occupe no Jornal, (com referencia, se fôr possivel, á
mesma carta) da questão n'ella discutida.
É preciso que uma vez por mez pelo menos se
reuna a <s>/S\ociedade Brasileira. Ainda que composta
20 de uns sete ou oito estou resolvido a não a ver
morrer. *Voce* tome isso a peito como sua propria
causa. O meo desejo era vel-o mais livremente
á testa do abolicionismo, mas conheço as causas
que não lhe deixam ser o chefe da propaganda

C5 p2

Ainda havemos de trabalhar juntos novamente.
 Se eu pudesse viver independente no Rio, sobretudo
 se pudesse ter liberdade de movimento, para ir quando
 fosse preciso ás provincias, e se tivesse meios de ter um/*a/
 5 imprensa de acção, eu já estaria ahi ao seo lado. Quan-
 do porem chegará o meo dia de voltar para o Brazil
 e acabará o meo ostracismo? É [↑ esse] o problema do to
be or not to be para mim.
 Recommende-me a *Madame* Gusmão Lobo e aos seus
 10 filhos. Como vão os dois astrónomos? O telescópio deve
 estar sempre da sala de jantar para a de visitas,
 e ouço que *Voce* vae de madrugada ao Castello! É o
 que se pode chamar o fanatismo da astronomia,
 não lhe aconteça o mesmo que aos outros fana-
 15 ticos! É verdade que – n'esse caso do Universo – o espi-
 rito não corre o perigo de amesquinhar-se.
 Saudades ao nosso Gnuls. Nada sei do Paranhos.
 Muitas muitas lembranças
 do seo do Coração
 20 Joaquim Nabuco
 P.S.
 O Rebouças aqui está de perfeita saúde e manda-lhe
 muitas saudades a *Vossa excellencia* á familia abolicionista como elle
 diz

C6 p1

Londres, 16 de Novembro de 1882
 Meo caro *Doutor* Jaguaribe,

5 Ainda não lhe agradei os seus discursos na As-
 sembléa Provincial de São Paulo. Faço-o agora, pedin-
 do-lhe que nunca se esqueça de mandar-me os seus tra-
 10 balhos. A propaganda abolicionista conta poucos
 servidores tão uteis, tão prestimosos e tão incansáveis
 como *Vossa Excelencia*. Falta ao partido abolicionista infeliz-
 mente uma só coisa, mas essa é o nervo das propa-
 15 gandas pela imprensa: dinheiro. Talento, coração, cora-
 gem, abnegação, independencia, temos: o que não temos
 é dinheiro. Se fossemos um partido rico podíamos
 encarregar-o de publicar obras abolicionistas, traducções
 de livros como a Cabana do Pae Thomaz, essa Biblia
 da emancipação e dos escravos, Vidas de abolicionistas
 20 celebres, poesias como o Poema dos Escravos de Castro
 Alves e edições de livros como os Herdeiros de Caramurú
 (sobretudo o 1º volume) e de documentos da nossa his-
 toria, como os papeis do trafico. Infelizmente como
 podemos fazer tudo isso? Admiro e applaudo a
 sua constancia, firmeza e convicção n'essa causa
 e honro-me com a sua confiança.

Creia-me sempre

25 de *Vossa Excelencia*
 Correligionario e Amigo Obrigado

Joaquim Nabuco

C7 p1

Londres, 28 de Novembro de 1882.

Excelentissimo Amigo e *Senhor* Senador Saraiva,

5 As poucas palavras que a nossa amiga *Dona* Maria da Conceição forçou *Vossa Excelencia* a escrever-me n'uma carta d'ella foram-me muito agradaveis <†> apesar da irresistivel pressão feminina que as arrancou de *Vossa Excelencia*, como as teria arrancado do meo maior inimigo no caso de achar se tão desprevenido e sem meios [↑ de] defesa como

10 *Vossa Excelencia* se achou no salão da rua do Guanabara onde teve logar a coerção. Agradeço entretanto a *Vossa Excelencia* os bons desejos que me manifesta, porque esses, estou certo, ninguem teria podido forçal-o a nutrir, e <†>não preciso da circumstancia de ser esta carta

15 uma resposta áquelles para dizer-lhe que, como Brasileiro e admirador do seo elevado character publico, faço votos para que nada o impeça por largos annos de figurar na primeira linha da nossa politica e quer n<†>o </*/m/>/G\overno quer na Opposição no seo primeiro posto. Por circumstancias muito especiais *Vossa Excelencia* subio

20 na opinião entre nós á uma posição tão alta que é unica, e á qual só posso comparar, se as minhas impressões da mocidade não representam uma grande illusão,

C7 p2

a posição a que, em certa época da sua vida,
 chegou Theophilo Ottoni, não na opinião, mas na
popularidade se <†>/m\ e faço entender. De Carour por
 exemplo eu diria que elle era o primeiro homem
 5 na opinião da Italia, e de Garibaldi que o era no
 entusiastico amor do p̃ovo. <O>/A\ semelhança entre
 essas duas reputações consiste sobretudo na sua uni-
 versalidade, sendo *Vossa Excelencia* hoje, como o foi Theophilo
 Ottoni, por assim dizer um filho de cada provincia,
 10 <†>/u\m <†>/n\ome tão altamente apreciado n'um ponto
 qualquer do paiz como no resto. Não há duvida
 alguma que esse prestígio em *Vossa Excelencia* foi um cresci-
 mento e um crescimento no poder e não na Oppo-
 sição – e que é devido á execução da ultima refor-
 15 ma, mas somente em parte – sendo antes explicavel
 pela pureza e desinteresse da sua vida, firmeza das
 suas resoluções, dignidade do seu character e pelo des-
 prezo que como os homens de outra época *Vossa Excelencia*, sem
 ostental-o, deixa transparecer por todas as misera-
 20 veis ambições, cobiças e ganancias, por todas as
 honrarias e distincções, baixezas e servilismos, </*de/>/a\
 que infelizmente a maior parte dos nossos politico/*s/
 <†> não sabem mostrar [†se] superiores.
 Desculpe-me, meo caro senhor Conselheiro, ser assim

C7 p3

investigado á sua face as causas do seo grande prestigio. *Vossa Excelencia* sabe muito bem que eu o não faria sem um motivo sufficiente, e este é assumpto d'esta Carta.

5 Uma vez disse eu na Camara, estando *Vossa Excecelencia* presente: "Depois de vencida a sua campanha, e votada a sua lei, depois de haver dotado o paiz com o governo representativo, se receber da nação, fiada /no\ seo character, na sinceridade das suas convicções, na pureza
10 dos seos motivos e no patriotismo das suas intenções, a missão de presidir por mais tempo o gabinete; si *Sua Excelencia* occupar esse posto por alguns poucos annos, há de ser mesmo da sua bocca, senhores, que eu hei de ouvir ler n'esta Camara, sentado *Sua Excelencia* n'aquella
15 cadeira, como representante do poder executivo, a proposta da lei que marque um termo á escravidão no Brazil."

Essa missão *Vossa Excelencia* a recebo, mas por motivos que eu respeito, derivados provavelmente do facto da
20 dissolução da Camara ou de não haver sido o paiz insultado sobre nenhuma medida ou programma, *Vossa Excelencia* não acceitou, e se a tivesse acceito e quizesse realizar a prophecia contida n'aquellas palavras

C7 p4

na justiça, na dignidade humana, como meios
 de progresso. Compare *Vossa Excelencia* os paizes sem escravos
 como o Chile e a Republica Argentina, relativamente
 á população e recursos, com o immenso colosso
 5 despovoado, desconhecido, – mais desconhecido do
 do que a Africa –, <cercado por> [↑apenas com] uma estreita facha
 de vida e civilização Européa no littoral, que
 se chama Brazil. É a escravidão a causa prin-
 cipal do nosso atrazo, nunca houve correntes de
 10 imigração para paizes escravos, nunca houve
 industrias em paizes de escravos, nunca houve
 instrucção em paizes de escravos, nunca houve
 respeito á liberdade alheia em paizes de escravos,
 na longa experiencia da escravidão Africana!
 15 Os politicos que se contentam com tapar as
 fendas de um edificio carcomido, com applicar aos
 males que se manifestam remedios de occasião, com
 arrastar uma vida ingloria de expedientes usados,
 e, como os me[↑n]digos, que em vez de curarem as suas
 20 chagas, esmolam mostrando-as e vivem d'ellas, pre-
 ferem interessar a sympathia publica expondo as
 ulceras do Estado a cicatrizal-as com a dõr ou am-
 putar até ás raizes da vida os membros affectados,

C7 p5

eu talvez não pudesse ouvir ler a proposta,
 como esperava (não como deputado, mas como expecta-
 dor) por achar-me ausente tratando de viver, in-
 dependente do Governo e d<†>/o\ interesses colligados
 da escravidão –, no estrangeiro. Feitas porem estas
 5 duas reservas cada palavra d’aquelle periodo
 exprime o que me parece ainda hoje ser o dever
 para com a patria do homem que chegou n’ella
 á posição de influencia, prestigio e ascendente
 10 moral, sem exemplo há longos annos, que *Vossa Excelencia*
 occupa.
 Foi *Vossa Excelencia* quem disse no Senado, como citei na
 minha petição de Londres á Camara dos Deputados, em
 a parte a meo <p>/P\ae na sessão de 13 de Junho de 1873:
 15 “É a grande injustiça da lei, ter cuidado das
gerações actuaes.” Essa phrase impõe a *Vossa Excelencia* o dever
 de reparar aquella injustiça e cuidar d’essas
 gerações.
 20 A questão da emancipação é para o Brazil
 uma questão de vida e morte – Vinte annos mais
 de escravidão serão a bancarrota nacional em
 todos os sentidos. É preciso termos fé na liberdade,

C7 p6

esses podem fallar da escravidão como de um vicio organico o<†>/u\ constitucional, [†e dizer] que é preciso deixar ao tempo <j>/g\erações successivas a tarefa de eliminal-a da natureza do paiz. Os esta-

5 distas de vistas largas porem hão de forçosamente reconhecer que cada anno de escravidão é uma enorme perda de actividade para o Brazil. Os Estados do Sul p</o/>/u\deram supportar a escravidão pela força do [†seo] organismo: o Brazil é fraco demais para /*a/ /*poder/

10 soffrer por mais tempo. Não é em mim uma cegueira incuravel que me faz ver o futuro da nossa patria se a escravidão continuar até ao termo da lei de 28 de Setembro de 1871 – como um grande

15 montão de trevas. Em vez de estarmos a endossar essa lei <dez> [† onze] annos depois da sua promulgação é preciso revogal-a quanto antes. Esses ingenuos escravos até aos vinte e um annos e que hoje são

20 judicialmente postos á venda ainda aos peitos das mães, essa estreita legislação sobre o peculio, essa venda de crianças de oito annos ao Estado por a<†>/p\olices de 600\$000, tudo isso precisa desaparecer para que possamos considerar a escravidão

25 como um todo marchando para um fim proximo, porque por enquanto <†>/as\ <†> [† vagas] deixadas nas fileiras dos escravos pela morte são occupados pelos

C7 p9

bição da venda de escravos seria um dos primeiros beneficios da lei.

O que escrevo a *Vossa Excelencia* não é um conselho, é um appello. Se *Vossa Excelencia* chegou a essa eminente posição politica foi pela sua propria cabeça e por ella somente se há de governar até ao fim, e se tivesse que ouvir conselhos não seria por certo [↑ 2] de mim [↑ 1]. O appello porem que faço – fundado no juizo que tenho do estadista – não me parece indiscreção da minha parte, mas uma homenagem respeitosa. Desculpe-me pois *Vossa Excelencia* a liberdade que tomei, e queira dar-me sempre as suas ordens para Londres.

Uma palavra mais. Sei que *Vossa Excelencia* é ministro, mas sei tambem que há pouco recusou formar novo ministerio. Isto faz-me crer que na proxima sessão o Imperador não chamaria os Conservadores sem ouvir-o mais uma vez, e n'esse caso se *Vossa Excelencia* organizasse [↑ um] novo gabinete com uma lei de emancipação por programma e se seguisse a dissolução – a sua victoria eleitoral marcaria na historia do Brazil o ponto de partida de uma vida nova e seria a dobra funebre da escravidão no paiz ou de [↑ mais de] tres seculos de crime sem reparação nem arrependimento. Lembre-se *Vossa Excelencia* de que em Cuba a lei de 1870, igual á nossa de 1871, foi completada dez annos depois, [↑ em] 1880, por

C7 p10

outra, acabando a escravidão imediatamente
 como nome, <mas> [↑ e] de facto em sete annos – lei
 que tem funcionado muito na ilha e
 em pouco tempo ser-lhe-há varrido a escravidão
 5 da face. Quando mesmo, porem, *Vossa Excelencia* não queira,
 e por isso não tenha que formar, um nosso
 gabinete, a autoridade de seo prestigio é tal
 que se *Vossa Excelencia* tomasse a si no Senado a causa
 da emancipação, a liberdade dos escravos que
 10 eu vejo muito longe e o dia em que a [↑ lei] Brasileira
 há de condemnar a escravidão, [↑ o] qu<e>/a\l tambem
 me parece muito destante, approximar-se-
 hiam de nós a ponto de podermos esperar que
 o [↑ primeiro] anniversario secular da Revolução Franceza
 15 não <†> /fos\se celebrado no Brazil a face de mi-
 lhares de escravos.
 Desculpe-me, meo caro Conselheiro, [↑ um] tão long<a>o
 appelo, e creia que o faço sem ter em vista in-
 teresse algum senão o dos proprios escravos, cujo
 20 captiveiro brada aos céos contra o Brazil e os
 Brasileiros e pode vir a ser [↑ para nós], pelas leis da justiça
 social, uma sentença expiatoria como não tenha
 havido outra.

C7p11 Aproveito esta ocasião para offerecer a
Vossa Excelencia os testemunhos do grande respeito que
lhe voto e com o qual sou

de *Vossa Excelencia*

5 Muito obrigado Amigo e o
Menor Criado

Joaquim Nabuco

Excelentissimo Senhor Conselheiro José Antonio Saraiva,
Senador do Imperio.

C8 p1

Londres, 7 de Março de 1883.
Illustrissimo Senhor José Corrêa do Amaral,

5 Vou pedir-lhe perdão de haver
demorado a resposta que devo a du<†>/as\
cartas suas e os [↑ meos] agradecimentos
pela remessa do “Libertador”. O que
se está passando no Ceará é mara-
vilhoso. Porem incrível que essa Provin-
cia faça parte do Imperio. <†>
10 é mais do que um pharol para todo
o paiz: é o começo de uma patria livre.
Não leio o “Libertador” sem orgulho
por pertencer ao numero dos Brasileiros
que luctam pela grande causa, – mas
15 como ainda estamos longe do fim!
É pena que o Ceará não se possa derra-
mar no Brazil, invadir os baluartes
da Escravidão, onde ella é realmente
poderosa, e julga ter as nossas insti-

C8 p2

tuições como refens.
Estou trabalhando n'um livro
de propaganda, que espero terminar
dentro de dois mezes. Quando estiver
5 impresso, madar-lhe-hei alguns
exemplares. Será a minha modesta
contribuição para esse grande movi-
mento Cearense. <†> Peço-lhe que me
dê sempre noticias dos resultados
10 <†> /*obtendo/, e far-me-hia espe-
cial favor mandando me os nomes
dos que mais tem concorrido para
acelerar d'essa forma no Ceará </*com/>
o progresso de uma idéa, que infeliz-
15 mente não caminha no resto do paiz
com a velocidade que exige a morte
diaria no captiveiro de tantos in-
felizes.
Aqui estou esperando sempre
20 ter ocasião de servir, – enquanto
durar a minha ausencia; em Londres,

C8 p3

5 e quando puder voltar para o Bra-
zil, onde me ache, – a “Sociedade
Cearense Libertadora”, cujo nome, não
é preciso que eu o diga, há de figurar,
no futuro na mais bella pagina da
historia nacional.

10 Peço-lhe que transmitta os meos
ardentes votos pelo completo successo
da ardua empreza que encetaram
a Sociedade Redemptora Acarapense,
ao /*Clube dos Libertos/, à Libertadora <†>
<†> Acarapense , a Sociedade Abolicio-
nista Pacatubana, á Libertadora Ba-
15 turitense, á Libertadora de Pentecostes,
á Redemptora Baturitense, ao Club
Abolicionista Militar, ao Club Emancipado
Acaratuense, á Libertadora Mecejanense,
á Libertadora Marauguapense, ao Club
20 Abocionista Caixeiral, ao Club Aboli-
cionista de Soure, á Libertadora Aquiraense,
/*á/ Libertadora de Russas, á Libertadora
da Conceição, e a qualquer outra asso-

C8 p4

Rec 1º Abril 1883
Resp 2

ciação Abolicionista que exista n'
essa Provincia.

5

Vou dar noticia d'esse nobre movi-
mento a alguns dos nossos amigos
na Europa, para que chegue pela imprensa
ao conhecimento do mundo.

10

Creia-me, meu caro *senhor* Amaral,
de *!*Vossa Excelencial*
Correligionario e Amigo
muito obrigado

Joaquim Nabuco.

Illustrissimo *Senhor* J. C. do Amaral.

C9 p1

Londres, 10 de Março de 1883.

Meo caro Amigo o *Senhor Doutor* Jaguaribe,

5 O seo acto liberta<†>/n\do 21 escravos é a melhor prova da seriedade do seo character e da sinceridade das suas convicções. Não o felicito por isso por que nunca tive a menor duvida sobre a qualidade da sua adesão á causa abolicionista. Aquelle

10 acto é uma prova, de que eu não tinha necessidade; <†>/a\ sua consciencia e o seo coração estão satisfeitos, que maior recom/*-/ pensa pode ter o seo desinteresse? Estou trabalhando n'um livro de propaganda sobre o Abolicionismo, e quando

15 tiver a fortuna de o ver impresso, mandar lhe hei um exemplar, pedindo lhe desde já o seo concurso para a propagação da obra.

20 Aqui estou sempre ás suas ordens. Desejo que se ponha em communicação com o meo amigo André Rebouças e converse com elle sobre as nossas vistas communs. Veja se dá um pouco da sua actividade e energia á Sociedade Brasileira

C9 p2

Contra a Escravidão.

Com a maior sympathia fico, meo
distincto amigo e collega, como sempre

de Vossa Excelência

5

Amigo Obrigado e Correligionario

Joaquim Nabuco

C10 p1

Meo caro Barros, [↑ 20 A Madeloy <†> Março 18.] 1883
 Recebi a sua ultima carta que <†>
 <†> <†> como sempre que vej/*o/
 5 letra sua. Envio-lhe uma carta
 a viuva do nosso infeliz amigo, o
 Theophilo Ottoni, rogando-te o favor
 de lha remeteres. Não sei o endereço
 e por isso te incommodo, lembrando
 10 me que eras amigo da casa.
 Estimo saber que as minhas corres
 [↑ <†>] pondencias agradam ahi. Como em
 parte, a maxima parte, vivo d'isso
 estou como actor que precisa do <†>
 15 publico. Infelizmente escrevo as cartas
 á /*ultima/ hora e não tenho tempo de
 corrigil-as tambem não há quem as
 corrija, ou possa fazel-o por mim /*./
 Estou trabalhando n'um <†> <†>
 20 a Escavidão. Ainda como me via
 na Rua Nova! Foi morando com o Santos
 Mello, lembras-te, e contigo que come/*cei/

C10 p2

<†> tarefa que não acaba nunca,
de tornar a Escravidão <†> <†>
próprios senhores.
5 Sempre que puderes, escreve-me uma
/*cartinha/. Não imaginas o prazer que me
dão cartas do Brazil, em um dos pri-
meiros lugares as tuas. Sou, meo caro
amigo, uma arvore com as raizes no
10 ar. Não posso tardar muito a seccar.
Aconselho te muito que leias bons
livros Inglezes, já que tanto [↑ <†>] gostas de
ler. Não sei se hoje te consentem o mesmo
regimen dos tempos de eremita, e se
15 /*t/e deixam ler livros, como fazias, do
principio ao fim sem attenderes a mais
nada, durante a leitura. Há alguns
livros Inglezes muito bons, sobretudo
para o homem politico e o financeiro. Eu
20 leio muito agora, quando não trabalho.
O meo problema individual preocupa-
me sempre, mas não posso resolvel-o. Não
quero habituar-me a viver fóra do Brazil,

C10 p3

5 e não sei como posso viver ahi. Todas
as carreiras estão-me abertas, mas em
condições que não me parecem acceitaveis.
Ao mesmo tempo custa-me renunciar á
influencia que eu poderia escrever sobre a
opinião do meo paiz, se me resolvesse a assen-
tar ahi a minha tenda de uma vez para
sempre e sujeitar-me a tudo. Tu me
comprehendes sem que eu accrescente mais
10 nada.
Lembra-me ao Rodolpho, ao Ruy, e
acceita vivas saudades do teo

Amigo velho

Joaquim Nabuco

15 P.S. O Arthur manda-te muitas
lembranças. Elle é sempre o mesmo
que conheceste em Pernambuco para mim e
para ti.

Joaquim Nabuco

C11 p1

Agosto 31⁷

Meu caro Barros⁸,

5 Por este vapor terás o prazer
de receber um volume meu, que
não te mandei pelo paquete
de 20 porque, depois de enviar
alguns para o Rio, pensei que era
perigoso mal-d-os não registrados
e o registro estava fechado quando
10 fui despachar o teu. Escrev<i>/o\ ao
Leuzinger que te entregue um
volume que [↑ me] farás o obsequio
de offerecer a teu Pae da minha
parte

⁷ Anotação posterior a lápis indica o ano da carta, 1883.

⁸ Há uma anotação posterior a lápis, em posição transversal, com o nome "Pimentel".

C11 p2

Peço-te que leias o prefacio e vejas se queres escrever [↑ sobre] algum <†> dos assumptos da serie.

5 Eu desejara que escrevesse sobre a descentralização administrativa ou sobre a reforma de Representação, e que o Ruy fizesse o volume da liberdade religiosa e o Rodolpho o da Instrucção. Cada auctor teria os encargos e os lucros da publicação do seu volume – que deve mais ou menos ter as proporções

10 do meu. Eu escreverei ainda sobre a reconstrucção financeira e as relações exteriores. Manda-me dizer o que pensas do meu

15 livro inaugural – e se elle encon-

C11 p3

tra echo no paiz.
O projecto do Penna que me
mandaste é um verdadeiro <†>
parto da montanha. <†>/Q\ue coisa ri-
5 dicula e mesmo grotesca! Que
proposta do Executivo! Real-
mente temos o <g>/G\overno que me-
recemos. É um deboche de degradação.
10 No meu livro eu disse francamente
o que pensava. Éo que tu tambem
sentes, estou certo.
Deixa-me criar forças e um dia
talvez apareça ahi para fundar
um pequeno jornal. Tudo isso é muito
15 desanimador, mas é a acção, e eu
vivo paralysado.
A Conceição escreve-me que

C11 p4

já deste ao futuro nada menos
de dois penhores da utilidade da
tua existencia. Não deves pois desa-
proveital-a, nem diminuil-a, mas
5 engrandecel-a pela geração futura,
gerações quer<†>/o\ dizer. Já não passa
por este mundo como uma sombra.
Tens quem veja por ti a navegação
/*serea/, a Republica Universal, não sei
10 o que mais. A tua missão começa
agora. Saber o que se deve fazer de
um filho, <†> é só por si um pro-
blema maior do que todos os que
tiveste que resolver até hoje. Esse
15 problema resolveu em todo caso <†>
outro, que o casamento só não resol-
veu, estou certo, – O que devias fazer
de ti mesmo? Sê feliz n'elles, é
o meu mais sincero voto, e o que
20 posso te desejar de melhor. Teu do Coração
Joaquim Nabuco

C12 p1

Londres, 21 de Dezembro de 1883.

Meu caro Amigo *Senhor Doutor* Jaguaribe,

5 Muito obrigado pelo que escreveu sobre meu livro, ou antes sobre mim, no Jornal do Commercio. Sabe quanto o aprecio e quanto me é cara a sua bõa opinião; por maior que seja o [↑seu] excesso de generosidade para commigo.

10 Quando não tivéssemos feito até hoje mais do que os Abolicionistas fizeram na sua provincia, isso bastaria para justificar a opportunidade do movimento.

C12 p2

5

Os resultados que temos obtido são/*o/
entretanto colossais. Quem pode
pretender que a escravidão se ache
hoje no Brasil no mesmo pé em
que estava quando começou a
nossa campanha?

Creia-me sempre seu
Amigo e Companheiro de dia
Joaquim Nabuco

C13 p1

Londres, 7 de Abril de 1884

Meu caro *Senhor* Amaral,

5 Hoje mandei-lhe o numero do Times
que contem a carta que eu escrevi sobre a
libertação da Provincia. Recebi o seu tele-
gramma, que com o outro guardarei para
sempre. Parto no dia 24 de <†>
10 pelo Tamar. Eu quizera, sendo possivel, ir
ao Ceará, parando em Pernambuco. Mas
ha circumstancias que tornam precisa a mi-
nha chegada ao Rio o mais cedo possivel. O
Ceará já esta livre – é preciso attender ás pro-
vincias de escravos. Espero encontrar uma
15 carta sua no Recife. Escreva-me pela agencia
da Linha Real. Eu vou fazer esforços para
ter a noticia commentada em algum jornal,
mas o Times é bastante. Não descansem sobre
os seus loiros! Muitas recommendações mi-
20 nhas a toda a Libertadora. *Amigo Obrigadissimo*
Joaquim Nabuco

C14 p1

Recife, Janeiro 7. 1885

Meu caro *Doutor* Jaguaribe,

Muito lhe agradeço a remessa do seu
5 excelente pamphleto com o qual <†> [† vem]
<†> [† animar] a propaganda de que foi um
dos primeiros e continua a ser um dos
mais esforçados instrumentos.
10 Estou em vespera do 2^o escrutinio e
por isso, muito occupado, limito-me
a estas linhas de agradecimento, prin-
cipalmente pelos termos, como sempre,
muito amistosos da sua carta que
acompanhou o volume.
15 Acredite-me com toda a reciprocidade
Seu Amigo Certo e *Obrigadissimo*

Joaquim Nabuco

C15 p1

Nº 1 rua Bella da Princeza
7 de Fevereiro de 1886

Meu caro Amigo *Senhor* João F. Clapp,

5 Depois que cheguei de Pernambuco tenho sahido muito raras
vezes de dia em horas de enconral-o na cidade e por ainda
não tive o prazer de avistal-o. Quero, porem, sem perda de tempo
testemunhar-lhe a indignação de que me acho possuido vendo o modo
10 por que o chefe de policia pretende afastar a atençaõ publica
do triste e degradante papel que ella está representando, chamando-a
para o procedimento dos abolicionistas em relação a escravos fugi-
dos. Segundo a theoria da policia o abolicionista que protege e
ampara o escravo, que foge com medo de soffrer torturas e às vezes
para evitar a morte, está moralmente obrigado sob pena de passar
15 por ladrão, a pagar-lhe um ordenado por mez como se o tivesse
alugado para seu serviço! Esses homens reduzem tudo a dinheiro,
e para elles não importa o que o escravo soffre, o que querem
saber é o que elle rende, e desde que o capital está inactivo
elles imputam os juro a quem faz ao escravo a caridade de acoital-
o e salvar-lhe a vida!
20 Mas tudo isso é baldado. A compaixão não se confundirá aos
olhos do paiz com a especulação, e pela sua parte esteja certo de
que todas essas tentativas para envolver seu nome em miseraveis
questões de peculios, como se tratasse de um abolicionista de
ecommda e de profissão, serão tidas como outros tantos manejos
25 de uma policia de capitães – do matto para desviar de sobre as
suas horrendas perseguições contra infelizes escravos, o que direi,

C15 p2

a dôr, as lagrimas ou o nojo? de todos os homens de coração.
Cria-me sempre seu

Amigo muito Obrigado e correligionario

Joaquim Nabuco

3

ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL: OS PROCESSOS EM QUESTÃO

A existência de modelos teóricos diversos na Linguística apontam o quanto esta ciência tem avançado em suas múltiplas formas de abordar o seu objeto de pesquisa, evitando posturas essencialistas de análise, mesmo se tratando muitas vezes do chamado paradigma formal da linguagem, tido por muitos como o "núcleo duro" dos estudos linguísticos.

Sabe-se que, a partir da publicação e repercussão do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand Saussure, os estudos históricos da língua passaram por um certo esvaecimento, fruto de seus postulados dicotômicos, dentre os quais a oposição *sincronia x diacronia* e também a *língua x fala*. Com pelo menos esses dois pares de oposição, o linguista genebrino lança as bases para uma língua isolada em seu próprio sistema, "concebido como um sistema homogêneo, unitário e autônomo, constituído por unidades invariáveis e estruturado por relações exclusivamente sincrônicas entre seus elementos constituintes" (LUCCHESI, 2004, p. 157). Ao optar pelo isolamento da língua em um "sistema homogêneo, unitário e autônomo", Saussure exclui todos os fatores de ordem externa, ou seja, todos os fatores de ordem social. Não que ele não tivesse consciência desses fatores – seria muita ingenuidade pensar assim – , mas o que irá determinar seus postulados será também o quadro epistemológico em que se encontrava.

É na década de 1960 que se começa a pensar em um redirecionamento dos estudos históricos da língua, em declínio a partir de Saussure, com a apresentação do texto de Weinreich, Labov e Herzog, *Empirical foundations for a theory of language change*, traduzido para o português como *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, durante o Simpósio "Direções para a Linguística Histórica", na Universidade do Texas. Conforme assinala Faraco (2006, p. 9), na apresentação à edição brasileira dos *Fundamentos*, esse simpósio teve por objetivo "reequilibrar os pratos da balança, buscando desencadear, nas universidades norte-

americanas, uma onda acadêmica que pudesse resgatar para a linguística histórica uma posição de centralidade nas pesquisas”.

Para romper com o postulado da homogeneidade da língua, herança adquirida com os neogramáticos no século XIX e que deságua no gerativismo do final da primeira metade do século XX, Weinreich, Labov e Herzog propõem a língua como um "sistema heterogêneo e ordenado", postulando, então, os cinco problemas cruciais da mudança linguística: (i) o problema dos fatores condicionantes; (ii) o problema da transição; (iii) o problema do encaixamento; (iv) o problema da avaliação; (v) o problema da implementação. Com esses 5 pontos a serem discutidos, os autores lançam por terra o axioma da homogeneidade linguística e lançam as bases teórico-metodológicas para responder à questão de “como o sistema muda sem causar danos a sua inerente função de representação” (TARALLO, 2005, p. 73). Weinreich, Labov e Herzog mostram que a língua em uso, concretizada através da fala, também é passível de sistematização e que a mudança linguística em curso, denominada de mudança em tempo aparente, também pode ser sistematizada.

O problema dos fatores condicionantes dizem respeito ao que leva a língua mudar ou não, o quais são “os fatores gerais efetivos para a mudança – se é que existem [...]?” (op. cit.). Interessante notar que Lucchesi (2004, p. 173), em sua análise crítica do quadro teórico proposto pela sociolinguística, preferirá o termo “problemas de restrição”⁹ ao termo “fatores condicionantes”, usado na tradução brasileira dos *Fundamentos* e também por Tarallo (2005). As escolhas entre uma forma e outra talvez revele um pouco de como os autores veem esse problema: uma sucessão de fatores que condicionam ou impulsionam a mudança ou de uma sucessão de fatores que barram essa mudança.

Ainda sobre os fatores condicionantes, Lucchesi (2004) adverte para a tentação de se achar que a mudança linguística sempre obedece a princípios gerais ou universais: “Tal modo de encarar a questão pode conduzir a perigosos equívocos e desvios, incompatíveis com a orientação histórica da abordagem linguística”. Por esse motivo, Tarallo (2005) faz uma ressalva quando aborda a questão, abrindo um

⁹ Termo original em inglês: constraints problem.

“se” em “se é que existem” esses fatores condicionantes. Labov revê, portanto, esse problema da mudança em 1982, quando diz:

A busca por uma restrição estritamente “universal” é, portanto, uma busca por uma faculdade da linguagem *isolada*, que não está encaixada na matriz mais ampla da estrutura linguística e social. Nada do que nós descobrimos até agora sobre a linguagem sugere a existência de tais estruturas totalmente isoladas.

Parece-me, portanto, que a formulação do “problema das restrições” em Weireich, Labov e Herzog (1968) e em 2.1 estava equivocada, e que o problema das restrições deveria ser fundido com o problema do encaixamento (LABOV apud LUCCHESI, 2004, p. 175)

Não querendo, então, Labov entrar navegar meandros incertos das leis gerais de mudança, como fizeram os estudos histórico-comparativos do século XIX, abre mão do problema da restrição, associando-o à questão do encaixamento.

O problema do encaixamento está relacionado à questão de como a mudança se “insere” nos planos linguístico e social. Weinreich, Labov e Herzog insistem mais uma vez em lançar por terra o idioleto: “Se a teoria da evolução linguística quiser evitar notórios mistérios dialetais, a estrutura linguística em que os traços mutantes se localizam tem de ser ampliada para além do idioleto” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 123). Os autores falam dos estratos discretos e co-existentes no plano do encaixamento, ou seja, advogam que a mudança linguística não se dá abruptamente, ou seja, “de um sistema inteiro para outro”, pelo contrário, “as variantes das variáveis podem ser *contínuas* e *discretas*.”

O problema da transição diz respeito ao porquê da mudança e quais os caminhos que ela passa. Os autores afirmam que quanto mais respostas se tiver a esse problema, melhor se entenderão os processos de mudança pelos quais a língua passa.

O problema da avaliação trata de como os falantes de uma determinada comunidade vêem, ou avaliam, a mudança linguística. Os autores afirmam que “o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística”. Ao abordar esse problema, Weinreich, Labov e Herzog descartam a ideia de que o falante é um mero veículo para a efetivação da mudança. Quebrando mais uma vez com o princípio de que a língua é um sistema homogêneo, centrado apenas no

indivíduo, através da competência linguística, os autores integram “a heterogeneidade como parte integrante da estrutura e do funcionamento normal de uma língua” (LUCCHESI, 2004, p. 179).

Por fim, o problema da implementação levanta a questão de como, quando e por qual motivo a mudança ocorreu. O que levou a mudança em um determinado tempo e não em outro. Isso requer explicações sobre o percurso da mudança linguística. Explicações não apenas de ordem estrutural, mas também sociais.

Os cinco problemas da mudança linguística presentes nos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* redireciona os estudos no âmbito da história das línguas, rompendo epistemológica e teoricamente com a visão de um sistema homogêneo, nascendo, então, a sociolinguística dita variacionista, cujo grande feito foi trazer os aspectos sociais para a mudança linguística, estritamente falando, e, de forma mais ampla, para a Linguística. Obviamente, muitas questões ainda estão por ser trabalhadas a partir dos *Fundamentos*, e de suas posteriores reelaborações, sendo uma delas a desconstrução da oposição *história interna x história externa* da língua.

Importa também pensar, como o faz Faraco (2005, p. 67), em uma perspectiva que integre a oposição existente entre *interno* e *externo* quando o assunto é estudo histórico da língua. Diz o autor:

Defender uma perspectiva que integre interno/externo não significa dissolver as especificidades do linguístico no social. Significa, isto sim, reconhecer a língua como uma realidade essencialmente social que, correlacionada com a multifacetada experiência econômica, social e cultural dos falantes, apresenta-se, em qualquer situação, como uma realidade heterogênea, como um conjunto de diferentes variedades.

Entender que a mudança linguística acontece no contexto das complexas relações sociais é o ponto de partida para repensar a dicotomia *interno/externo* não mais como uma relação excludente em si, mas como um jogo dialético, ainda conforme Faraco, em que se revelam também atitudes linguísticas dos falantes frente à mudança, caracterizando-a em sua concretude.

Atualmente, pelo menos no Brasil, muitos linguistas tem pensado em uma nova agenda de discussões para o estudo histórico da língua. Castilho (2007; 2010),

embasado filosófica e epistemicamente na "ciência dos sistemas complexos", propõe que se conceba a língua não mais como um produto e sim como um processo dinâmico. Assim, quando se desloca o olhar do produto para o processo, entende-se que também "desaparece a percepção de sistemas hierarquicamente organizados, própria ao exame de produtos", que tem nos estudos formalistas seu maior representante. Por outro lado, "os sistemas complexos não podem ser entendidos simplesmente através da análise de seus componentes, devendo-se ter em mente a relação entre eles" (CASTILHO, 2007, p. 336).

Ao sugerir Castilho a mudança de foco do produto para o processo, quer ele, em outras palavras, propor um olhar mais dinâmico para a língua, olhar pautado no *a partir de* e não no *fim*. Pensando na viciada oposição dos paradigmas linguísticos, inevitável reivindicar que o paradigma funcional está mais próximo disso.

O paradigma funcional, constituído por outros funcionalismos, entre muitos outros pontos teóricos, entende a língua como "configurações de funções, e as diferentes funções são os diferentes modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre os usuários da língua", como afirma Neves (2004, p. 14). Note-se a retomada, e ampliação, do conceito de comunicação, vindo das ideias do Círculo Linguístico de Praga, no início do século XX.

Pezzatti (2004, p. 171), o funcionalismo de Dik, apresenta três pontos norteadores que regem a Gramática Funcional. O primeiro ponto diz respeito a "uma teoria pragmática da linguagem", em que a descrição linguística leve em consideração a interação verbal. O segundo ponto trata da "adequação psicológica", note-se a importância da cognição também para os estudos de base funcionalista, que trata da "maneira como as expressões linguística são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas". A forma como a materialidade linguística é processada pela mente é de grande importância para o funcionalismo. Importante ressaltar que o cognitivismo, melhor dizendo, o sociocognitivismo, vem se firmando um tanto recentemente, tendo como um dos expoentes o pesquisador estadunidense Talmy Givón. Por fim, o terceiro ponto importante abordado por Pezzatti, com base em Dik, é o da "adequação tipológica", que, objetiva contrastar diferentes sistemas linguísticos. Este último ponto, pelo menos no Brasil e do que se tem notícia, é um dos menos explorados. Tem-se privilegiado aqui o confronto de estágios diferentes da língua nas pesquisas

funcionalistas, a exemplo, apenas a título de amostra, dos trabalhos de Barreto (1999; 2004); Costa (2003); Módolo (2004), entre outros.

O que se tem percebido, nos trabalhos funcionalistas, são tentativas de agregar pontos que possam convergir para análises que levem em conta o uso da língua e as suas mais variadas repercussões em termos cognitivos, sociais etc, sem, obviamente, cair em relativismos teóricos. Mais recentemente, tem-se a proposta da Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista, de Castilho (2007; 2010), cujas bases filosóficas foram mencionadas mais acima. Postula o autor (2010, p. 69), em sua Teoria Multissistêmica, que

1. a língua se fundamenta num aparato cognitivo;
2. a língua é uma competências comunicativa;
3. as estruturas linguísticas não são objetos autônomos;
4. as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática;
5. a explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua.

Interessante notar, longe aqui de simplificar a complexidade inerente a toda e qualquer teorização linguística, a reunião de pontos importantes dos funcionalismos. Castilho, não sem razão, postula primeiramente a base cognitiva da língua, motivo de celeumas tanto por parte de pesquisadores do pólo formalista, como por parte daqueles que se dedicam a estudos mais contemporâneos da linguagem – importantes também, por sinal. Na competência comunicativa, está um dos pontos mais caros ao funcionalismo. Ao se referir às estruturas linguísticas como objetos não autônomos, o autor se refere às pressões do uso, à não arbitrariedade das estruturas e à reelaboração das estruturas a partir do processo de gramaticalização (CASTILHO, 2010, p. 73). A multissistematicidade das estruturas linguísticas talvez seja o ponto mais peculiar da teoria, uma vez que muitos entendem as estruturas como independentes. Por fim, a "percepção pancrônica da língua" elimina a velha dicotomia *sincronia* x *diacronia*, herança também saussuriana.

O objetivo maior de se tratar nestas linhas da Teoria Multissistêmica é mostrar a interessante proposta que agrega postulados em comum entre os funcionalismos¹⁰ e, o que é muito salutar, pontos divergentes. Afora isso, está o diálogo declarado da Teoria (cf. CASTILHO, 2010, pp. 73, 81) com pontos da Linguística Sistêmico-Funcional, aporte teórico desta dissertação, sobretudo no que diz respeito ao amalgamento das funções da língua ao sistema linguístico. Na próxima seção, abordaremos a Linguística Sistêmico-Funcional relativamente à sua escolha como teoria de análise, bem como seus conceitos norteadores.

3.1 A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Durante a pesquisa aqui empreendida, pensamos em um modelo teórico de análise que estivesse alinhado às concepções de língua/linguagem e texto como fatos que carregam em si a maior quantidade possível de traços sociais. Por esta razão, preferimos adotar para este trabalho o modelo teórico da Linguística Sistêmico-Funcional, doravante também LSF, proposta por Halliday e demais pesquisadores da área, caracterizada como uma "teoria social" (BARBARA; MACEDO, 2009), estendendo sua importância na/para a comunicação humana. Uma das razões para esse viés social da LSF é a forte influência do antropólogo Malinowski nos estudos do mestre de Halliday, J.R. Firth. O foco nas relações humanas dentro dos estudos sistêmico-funcionais é perceptível nas próprias categorias analíticas, que consideram sempre a função da língua inserida em contexto/s.

O contexto é, aliás, uma das noções mais importantes da LSF. O contexto de situação revela a sua relação com o texto, o sistema linguístico e o sistema social, conforme Halliday (2001, p. 187), consistindo: (i) no campo, componente que diz respeito à ação social e "sobre o que a interação trata" (BARBARA; MACEDO, 2009, p. 92), instanciado lexicogramaticalmente pela metafunção ideacional da linguagem; (ii) relação, componente relativa aos papéis sociais, instanciado pela metafunção

¹⁰ Para uma maior profundidade no panorama dos estudos funcionalistas, também no Brasil, conferir: Neves (1997; 1999; 2004), Mattos e Silva (2002), Pezatti (2004), Furtado da Cunha et alii (2003), Souza (2006), entre outros.

interpessoal da linguagem; (iii) modo, componente responsável pela organização textual das informações, instanciado lexicogramaticalmente pela metafunção textual da linguagem.

Embora não se pretenda tratar profundamente o momento epistemológico em que surge a LSF, convém lembrar do clássico embate *formalismo x funcionalismo* de que resultou, de certa forma, a emergência da teoria proposta por Halliday na segunda metade do século XX. A necessidade de uma abordagem que privilegiasse também o uso, mediante às necessidades dos falantes, ou escritores, já se fazia sentir no âmbito dos estudos linguísticos. O linguista britânico propõe um olhar tanto para o sistema linguístico como também para as suas funções (GOUVEIA, 2009, p. 15). O jogo dicotômico entre *forma x função*, obviamente, não se desfaz com a proposta hallidayana¹¹, porém um convite para o repensar já se vislumbra a partir de então. Aliás, seria interessante trazer aqui para estas linhas a preocupação do primeiro gramático da língua portuguesa, Fernão de Oliveira, que assevera: "os homens fazem a língua e não a língua os homens"¹². Para o gramático quinhentista, em oposição ao seu contemporâneo João de Barros, mais vale perceber o funcionamento da linguagem em uso a se deter apenas em prescrições, embora também estejam presentes em sua *Gramática da linguagem portuguesa*. Já Halliday (2004, p. 31), citado por Gouveia (2009, p. 17), diz: "toda a arquitectura da linguagem se organiza em linhas funcionais. A linguagem é como é, por causa das funções em que se desenvolveu na espécie humana".

O postulado da função pode ser considerado a base da LSF, que remete e reinterpreta a função da língua prevista nas ideias do Círculo Linguístico de Praga, que afirma, em uma de suas nove teses que "[a] língua é um sistema de meios de expressão adequados a um objetivo" (FONTAINE, 1978, p. 22). Ainda concernente a isso, é importante também entender a importância da "intenção do locutor" pois é a responsável por fundamentar o discurso (op. cit.). Assim, diz-se, sob o postulado da função e o papel do locutor, que "[não] se pode compreender um único fato linguístico sem referi-lo ao sistema ao qual pertence". Assim, um dos motivos maiores da existência da LSF, como afirmam Ghio & Fernández (2008, p. 23), é,

¹¹ Sabe-se que o início desse pensamento não vem somente com Halliday. Outras vertentes funcionalistas tentaram e tentam rever a clássica oposição. Assim, Halliday é usado aqui como figura metonímica para este empreendimento.

¹² OLIVERIA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. 1536.

mais do que enumerar os usos do sistema linguístico, relacionar dialeticamente os usos sociais e o sistema.

Para tal empresa, a LSF lança mão do conceito, como dito antes, de função do Círculo Linguístico de Praga, ressignificando-o em suas metafunções, que "dão lugar a componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica" (GOUVEIA, 2009, p. 17). Vale lembrar que a proposta de Halliday (2001) para a LSF é conceber o sistema linguístico composto por sistemas semânticos, mostrando o caráter eminentemente semântico do modelo teórico.

As metafunções da linguagem, componentes do sistema semântico, são: a metafunção ideacional, a metafunção interpessoal e a metafunção textual.

É por meio da linguagem que representamos aquilo que estamos pensando, agindo, falando etc. Enfim, codificamos ou significamos experiências quer sejam relativas ao mundo exterior (social) quer sejam relativas ao mundo interior (psicológico) (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, p. 21). A metafunção responsável por isso é a ideacional, conhecida também como representacional, responsável pelo sistema de transitividade, que é, segundo Gouveia (2009, p. 30), "o recurso lexicogramatical geral para repretar acções e actividades, construídas na gramática como configurações de processos, dos participantes neles envolvidos e das circunstâncias que os enquadram e constroem". Assim, em

(1) Não conheço maior prostituição da justiça | do que esse edital do principio ao fim! (C3, p. 2, linhas 1-2)

há o processo mental *conheço* que tem como participante o *eu*, oculto, sendo o Experienciador consciente da ação e *maior prostituição da justiça* o Fenômeno como o que é sentido.

Através da linguagem que também estabelecemos relação com o outro, pedindo informações, perguntando por algo que aconteceu, oferecendo também informações e/ou bens e serviços. Estamos falando da metafunção interpessoal. É importante, porém, frisar que *pedir* e *dar informações*, como assinala Gouveia (2009,

p. 34), não são "categorias estanques", tampouco opositivas, pois "um acto de discurso é naturalmente dialógico, uma negociação, uma relação biunívoca; enfim, é naturalmente interacção, uma troca em que dar implica receber e pedir implica dar, em resposta". O exemplo, retirado do *corpus* de análise, que mostra isso é

(2) Recomende-me a Mme Gusmão Lobo e a seos | filhos. Como vão os dois atronomos? (C5, p. 2, linhas 9-10)

Note-se o pedido do autor da carta, Joaquim Nabuco, endereçada ao seu amigo Lobo, realizado lexicogramaticalmente a partir do imperativo *recomendar*. Da mesma forma, note-se a solicitação de informações sobre os filhos do casal Lobo realizada através de pergunta. A título de esclarecimento, Nabuco chama os filhos de Lobo de "astronomos" devido às suas atividades astronômicas, ao que parece por divertimento.

A linguagem serve também para organizar de forma coerente as informações vindas das metafunções ideacional e interpessoal. Estamos falando da metafunção textual, responsável por organizar o fluxo das informações através do sistema de escolha do *tema/remã*. O Tema que apresenta uma "correspondência natural" com algum elemento do sistema de transitividade – seja ele os processos, participantes ou circunstâncias – é classificado como "tema não marcado" (GOUVEIA, 2009, p. 39). Note-se o exemplo abaixo:

(3) Eu já sabia que | o tinha por companheiro nessa campa- | nha abolicionista [...]. (P 1a doc 13/1, linhas 9-11)

Interessante notar que, no discurso falado de traço menos formal, há uma certa facilidade de ocorrerem orações iniciadas por tópico. Isso se tratando do português brasileiro. Embora os estudos de descrição linguística brasileiros privilegiem mais os funcionalismos estadunidense e holandês, fica aqui a sugestão de uma maior inclusão da LSF nos estudos de descrição linguística do português brasileiro.

Traçado um panorama geral da LSF e seus pressupostos teóricos básicos, abordaremos, na seção seguinte, o sistema de transitividade, foco maior da análise linguística deste trabalho.

3.2 A TRANSITIVIDADE SEGUNDO A LSF

Fenômeno linguístico de importância relevante para análises, a transitividade apresenta diferentes formas abordagens que vão desde a gramática tradicional até as propostas funcionalistas.

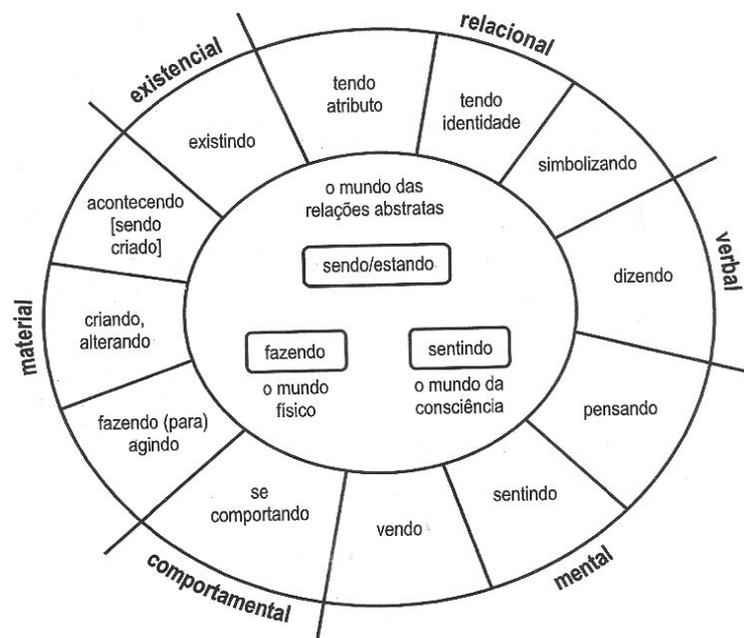
Na tradição gramatical, o fenômeno em questão é abordado com a capacidade que o verbo tem de exigir ou não complementos (cf. CUNHA; CINTRA, 1985; CEGALLA 1997), o que causa uma certa confusão, pois muitas vezes os critérios, sintático ou semânticos ou semântico-sintáticos, não são explicitados. Afora isso, como é sabido, as gramáticas tradicionais não trabalham com exemplos da língua em uso (SOUZA, 2006), trazendo assim complicações no momento de análises linguísticas de eventos comunicativos reais.

A abordagem da transitividade do funcionalismo norte-americano se distingue da abordagem tradicional por entender que o fenômeno em questão não é uma propriedade somente do verbo, "mas [...] uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo" (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 29). Para Givón, um dos principais expoentes do funcionalismo estadunidense, é um fenômeno "que envolve os componentes sintáticos e semânticos" (op. cit., p. 31), em que o evento prototípico é "definido pelas propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração-evento" (op. cit.).

Já na abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional, a transitividade, componente da metafunção ideacional, é responsável pela codificação da experiência humana, "entendida como um fluxo de eventos ou acontecimentos, atos ligados ao dizer, sentir, ser e ter, sendo [...] a responsável pela materialização desse conjunto de atividades através dos tipos de processos" (op. cit.), que podem ser materiais, mentais, relacionais, verbais, existenciais e comportamentais. Os três primeiros processos são classificados como principais e os três últimos, secundários, localizados, portanto, nas regiões fronteiriças entre um processo principal e outro. A

Figura 1 apresenta um diagrama dos processos principais e secundários e seus potenciais de significados.

Figura 1: Processos verbais e domínios de significação, conforme Halliday e Mathiessen (2004), adaptado de Furtado da Cunha e Souza (2007)¹³



Na próxima seção, analisaremos mais detalhadamente o sistema de transitividade segundo a LSF, quantificando os processos e mostrando as seleções feitas dos participantes.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Apresentamos nos capítulos anteriores as concepções do fazer filológico, também de texto e língua e, por fim, a teoria linguística que embasa a análise

¹³ Extraído de Cordeiro (2009).

linguística deste trabalho. Esta parte é reservada à análise dos dados obtidos a partir da edição das 15 cartas de Joaquim Nabuco que tratam de assuntos concernentes ao movimento abolicionista de que fez parte.

Computamos um total de 712 processos que vão desde os materiais até os comportamentais.

- 327 processos materiais, equivalendo a 45,93% em relação ao todo;
- 109 processos mentais, equivalendo a 15,31% em relação ao todo;
- 184 processos relacionais, equivalendo a 25,84% em relação ao todo;
- 57 processos verbais, equivalendo a 8,01% em relação ao todo;
- 25 processos existenciais, equivalendo a 3,51% em relação ao todo;
- 10 processos comportamentais, equivalendo a 1,40% em relação ao todo.

A tabela a seguir mostra a quantificação dos tipos de processo por carta:

Fig. 2: Tabela de quantificação de cada tipo de processo por carta

Carta	Materiais	Mentais	Relacionais	Verbais	Existenciais	Comportamentais	Total
Carta 1	3	6	1	0	1	1	12

Carta 2	36	10	26	11	4	1	88
Carta 3	57	3	15	13	8	1	97
Carta 4	9	5	3	2	0	0	19
Carta 5	17	6	13	2	0	1	39
Carta 6	8	1	5	1	0	0	15
Carta 7	88	29	56	15	8	2	198
Carta 8	19	4	10	4	1	0	38
Carta 9	4	2	9	1	0	0	16
Carta 10	25	21	6	1	2	1	56
Carta 11	25	12	15	4	0	0	56
Carta 12	7	3	5	1	0	0	16
Carta 13	9	2	6	0	1	0	18
Carta 14	3	0	3	0	0	1	7
Carta 15	17	5	11	2	0	2	37
Total	327	109	184	57	25	10	712

Interessante notar, conforme os valores acima, alguns fatos quantitativos curiosos. O primeiro diz respeito à Carta 1, na qual apresenta uma maior quantidade de processos mentais em relação aos processos materiais. O motivo para isso talvez seja a própria dimensão pequena da carta, que presta mais conta de uma notícia do que de questões mais complexas. Note-se também o fato de, mesmo se tratando de cartas, que tem por função contar um acontecimento, fazer algum pedido etc, que as cartas 1, 13 e 14 apresentam zero ocorrência do processo verbal. Isso se dê talvez também pela pequena extensão das cartas.

Para se ter uma ideia das porcentagens dos números elencados acima, conferir logo abaixo a Tabela 2:

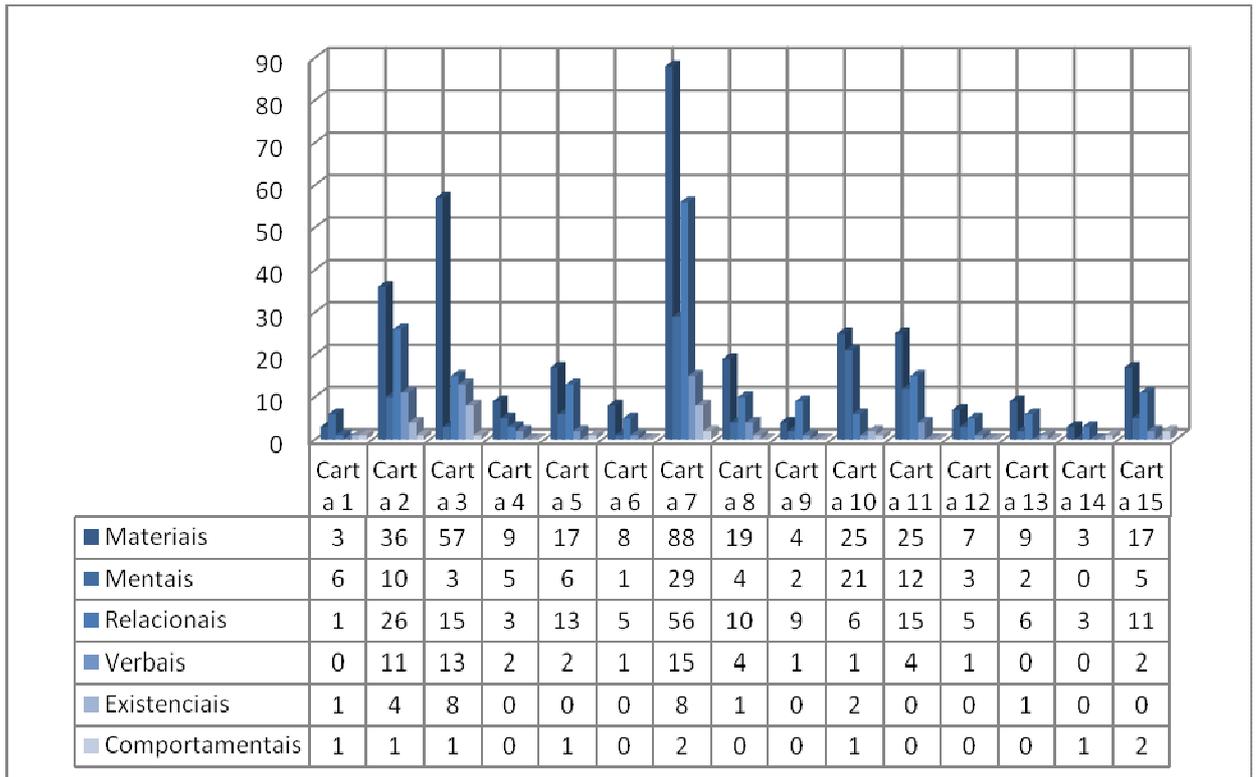
Fig. 3: Tabela de porcentagem dos valores dos processos por carta

Carta	Materiais	Mentais	Relacionais	Verbais	Existenciais	Comportamentais	Total
Carta 1	25,00%	50,00%	8,33%	0,00%	8,33%	8,33%	100,00%
Carta 2	40,91%	11,36%	29,55%	12,50%	4,55%	1,14%	100,00%

Carta 3	58,76%	3,09%	15,46%	13,40%	8,25%	1,03%	100,00%
Carta 4	47,37%	26,32%	15,79%	10,53%	0,00%	0,00%	100,00%
Carta 5	43,59%	15,38%	33,33%	5,13%	0,00%	2,56%	100,00%
Carta 6	53,33%	6,67%	33,33%	6,67%	0,00%	0,00%	100,00%
Carta 7	44,44%	14,65%	28,28%	7,58%	4,04%	1,01%	100,00%
Carta 8	50,00%	10,53%	26,32%	10,53%	2,63%	0,00%	100,00%
Carta 9	25,00%	12,50%	56,25%	6,25%	0,00%	0,00%	100,00%
Carta 10	44,64%	37,50%	10,71%	1,79%	3,57%	1,79%	100,00%
Carta 11	44,64%	21,43%	26,79%	7,14%	0,00%	0,00%	100,00%
Carta 12	43,75%	18,75%	31,25%	6,25%	0,00%	0,00%	100,00%
Carta 13	50,00%	11,11%	33,33%	0,00%	5,56%	0,00%	100,00%
Carta 14	42,86%	0,00%	42,86%	0,00%	0,00%	14,29%	100,00%
Carta 15	45,95%	13,51%	29,73%	5,41%	0,00%	5,41%	100,00%
Total	45,93%	15,31%	25,84%	8,01%	3,51%	1,40%	100,00%

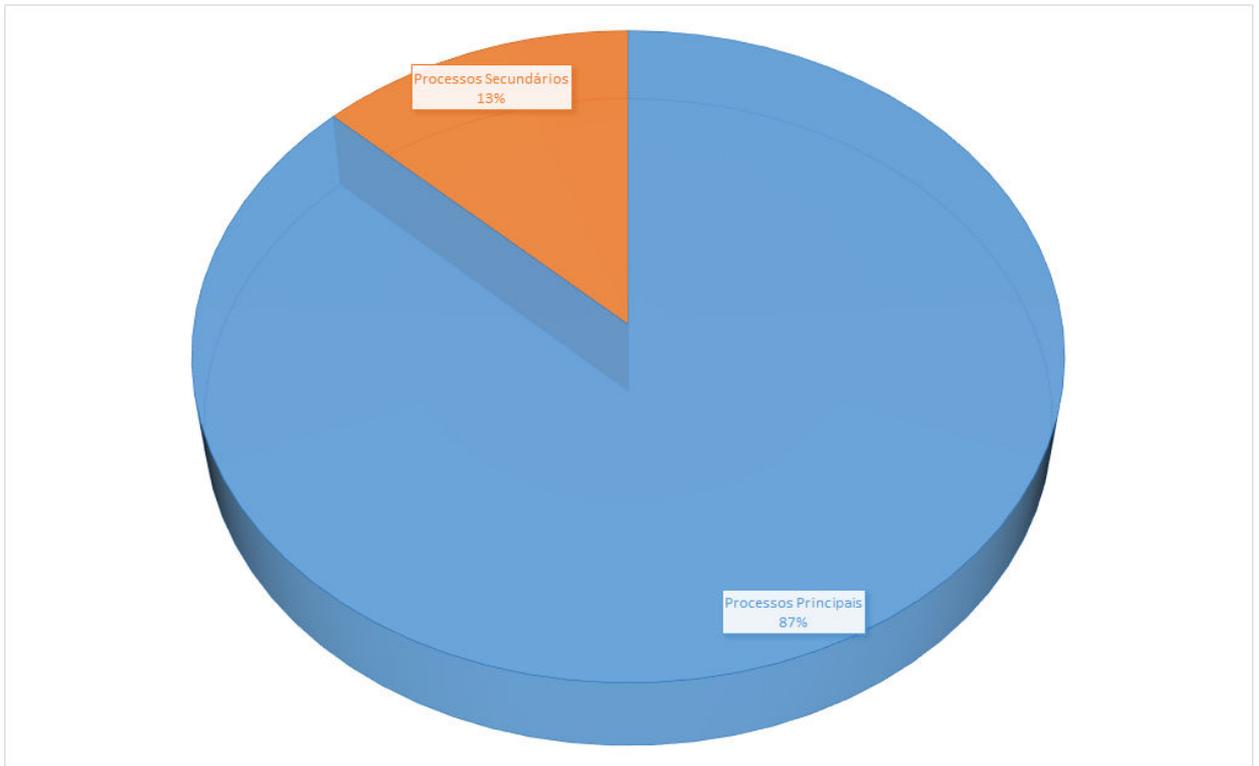
O gráfico abaixo dá uma ideia quantitativa dos tipos de processos ocorridos nas cartas, fazendo o confronto entre elas:

Fig. 4: Gráfico de ocorrência dos tipos de processos nas cartas



Vistos as tabelas e o gráfico acima que revelam quantitativamente as distribuições dos processos por carta, note-se agora, no gráfico abaixo, a divisão dos processos principais e secundários. O gráfico confirma a natureza fronteira dos processos secundários, localizados entre os principais. Tal natureza confere a esses processos características menos categóricas de classificação em relação aos primeiros.

Fig. 5: Gráfico da divisão entre processos principais e secundários



Quantificando agora os dados obtidos acima, podemos afirmar que os processos materiais, em ordem decrescente de ocorrência no *corpus*, ficou em primeiro lugar. Responsáveis por "fazer ou agir, criar ou mudar, acontecer ou ser criado" (SOUZA, 2006, p. 111), esses processos revelam as escolhas lexicogramaticais de Joaquim Nabuco no que diz respeito às suas experiências no mundo exterior, ou concreto, ocorrendo, a título de amostra: *acabar, achar, agradecer, aparecer, arrancar, arruinar, avaliar, chegar, começar, corrigir, dar, encetar, encontrar, escrever, fazer, libertar, mandar, pagar, pôr, proteger, publicar, receber, salvar, trabalhar, transcrever, votar*. Conforme a amostra dos exemplos abaixo:

(1) As poucas palavras que a nossa amiga Dona Maria | da Conceição forçou Vossa Excelencia a escrever-me n'uma carta | d'ella foram-me muito agradaveis apezar da irre- | sistivel pressão feminina que as **arrancou** de Vossa Excelencia, como | as **teria arrancado** do meu maior inimigo. (C7, linhas 3-7, p. 1)

(2) [...] a escravidão **arruina** | o paiz como nenhum outro facto social podia **arruinal-o**. (C7, p. 7, linhas 4-6)

(3) Peço-lhe que transmita os meos | ardentes votos pelo completo successo | da ardua empreza que **encetaram**. (C8, p. 3, linhas 7-9)

Os processos mentais, denotadores das experiências sentimentais e cognitivas, ocupam o terceiro lugar em número de ocorrências, mostrando os sentimentos, desejos ou julgamentos do autor das cartas no que tange ao andamento da própria campanha abolicionista ou aos destinatários das missivas. Encontramos, a título de amostra, os seguintes processos mentais: *conhecer, crer, desejar, esquecer, esperar, julgar, pensar, saber, sentir, ver*. Conforme a amostra dos exemplos abaixo:

(4) [...] eu **creio** firmemente que Vossa Excelencia póde hoje no | Brazil em favôr dos escravos [...]. (C7, p.8, linhas 6-7)

(5) Aqui **estou esperando** sempre | ter ocasião de servir [...]. (C8, p. 2, linhas 19-20).

(6) **Desejo** que se ponha em comunicação | com meo amigo André Rebouças e | converse com elle sobre as nossas vistas | communs. (C9, p. 1, linhas 20-23)

Os processos relacionais, responsáveis por estabelecer "uma conexão entre entidades diferentes" (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 58), estão em segundo lugar em número de ocorrência no *corpus* selecionado. Os processos *ser*,

estar e *ser*, bastante prototípicos nessa classificação, são os mais abundantes. Note-se os exemplos abaixo:

(7) Não sei o endereço | e por isso te incommodo, lembrando | me que **eras** amigo da casa. (C10, p. 1, linhas 7-9)

(8) **Sou**, meu caro | amigo, uma árvore com raízes no | ar. (C10, p. 2, linhas 7-9)

Já os processos responsáveis pelo "dizer", os processos verbais, que ocupam o quarto lugar em número de ocorrências, se fazem presentes em: *chamar*, *comentar*, *dizer*, *perguntar*, *reclamar*, entre outros. Alguns exemplos podem ser vistos abaixo:

(9) No meu livro eu **disse** francamente | o que pensava. (C11, p. 3, linhas 9-10)

(10) Faltam-me expressões para agradecer-lhe as | generosas palavras que **disse** a meu respeito na | Câmara. (C4, p. 1, linhas 3-5)

Os processos existenciais, que "representam algo que existe ou acontece" (op. cit., p. 59), ocupam o quinto lugar em número de ocorrências, sendo realizados por *haver* e *existir*. O *ter* com valor existencial, que vem substituindo o *haver* (MATTOS E SILVA, 2008, p. 14), pelo menos no português contemporâneo, não foi encontrado. Note-se o exemplo abaixo:

(11) Infelizmente escrevo as cartas | á última hora e não tenho tempo de | corrigil-as também não **há** quem as | corrija, ou possa fazel-o por mim. (C10, p. 1, linhas 14-17)

Os processos comportamentais, "responsáveis pela construção de comportamentos humanos, incluindo atividades psicológicas" (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007), como esperado, são os menos recorrentes no *corpus*. São

representados, em sua maioria, por: *animar*, *falecer*, *amesquinhar-se*. Confira-se o exemplo a seguir:

(12) Sympathiso muito | com as suas iniciativas todas, pela utilidade | de cada uma, e por esse espirito pratico | de cada uma, e por esse espirito pratico | de progresso e melhoramento que as | anima e determina. (C1, p. 1, linhas 5-9)

Traçado um plano geral quantitativo dos ocorrências dos processos nas cartas de autoria de Joaquim Nabuco, o próximo passo é a interpretação dessas ocorrências no referido *corpus*, levando em consideração os participantes e circunstâncias selecionados pelos processos e os sentidos vindos a partir dessas seleções lexicogramaticais.

3.3.1 OS PROCESSOS MATERIAIS

Representando as ações no mundo concreto, por vezes também no plano abstrato (cf. GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 100), os processos materiais são bastante recorrentes nas cartas analisadas, como se pode perceber nos exemplos a seguir.

RECEBER

(1) Recebi há dias, e muito lhe agradeço, | os seus tres volumes. (C1, p. 1, linhas 3-4)

(2) Tinha antes **recebido** o seu telegramma que | muita alegria nos causou a todos [...]. (C2, p. 2, linhas 9-10)

(3) Recebi a sua ultima carta [...]. (C10, p. 1, linha 2).

(4) Por este vapor terá o prazer | de **receber** um volume meu [...]. (C11, p. 1, linhas 3-4)

(5) **Recebi** o seu tele- | gramma, que com o outro guardarei para | sempre. (C13, p. 1, linhas 5-7)

Os exemplos de (1) a (5) tratam do processo *receber*, um dos mais produtivos nas cartas. Em (1), Nabuco, o participante Beneficiário da ação, noticia a chegada em suas mãos dos "tres volumes", prováveis publicações de tema abolicionista, enviados pelo Doutor Jaguaribe, destinatário da carta. Em (3), é Nabuco ainda o Beneficiário da ação de receber a carta do seu amigo Barros. Já em (4), recorrendo, como em todas as ocorrências aqui exemplificadas, ao contexto maior da carta, o Beneficiário da ação de receber "um volume" de uma das publicações de Joaquim Nabuco será Barros. Em (5), o próprio autor das cartas aqui estudadas será o Beneficiário da ação de receber um "telegramma". Como o gênero textual aqui estudado é a carta, gênero este caracterizado pelo envio e/ou solicitação de notícias, é de se esperar uma recorrência significativa de um processo, neste caso *receber*, que confirme a execução de uma ação e que esta se dê, como nos casos analisados, com os envolvidos nessa prática social, nesse gênero, carta.

FAZER

(6) Os Abolicionistas têm diante si um caminho | escabroso, mas no futuro restar-lhes ha a satisfação | de **terem feito** o seo dever. (C4, p. 1 , linhas 7-9)

(7) Ainda não lhe agradeci os seos discursos na As- | sembléa Provincial de São Paulo. **Faço-o** agora [...]. (C6, p. 1, linhas 3-4)

(8) [...] nem mesmo a Inquisição, podia | **fazer**, ou **fazem**, ao Brazil tão grande mal como | o facto publico e notorio, universalmente conhe- | cido, de que esse grande Imperio é ainda um mer- | cado de escravos [...]. (C7, p. 7, linhas 10-14)

(9) Eu **vou fazer** esforços para | ter a noticia commentada em algum jornal, | mas o Times é bastante. (C13, p. 1, linhas 15-17)

Em tom exortativo, Joaquim Nabuco, em (6), usa o processo *fazer* em sua forma perifrástica, *terem feito*, que seleciona como participante o Ator Os

Abolicionistas. Em (7), o autor, se dirigindo ao destinatário da carta, o "Doutor Jaguaribe", usa o processo *fazer* para recuperar o agradecimento que ainda não tinha feito em ocasião anterior. Aí, tem-se em elipse o Ator, o próprio Nabuco, e o participante Meta, recuperado pelo oblíquo apenso ao processo, que é a ação de agradecer.

No exemplo (8), o autor revela sua indignação em relação à escravidão, usando primeiramente o processo *fazer* modalizado por *podia*, mas, ao mesmo tempo, apresentando em tom mais asseverativo, com a escolha de *fazem*, os males oriundos de tal empresa. Já em (9), o processo *vou fazer* seleciona como Ator *Eu* e Meta *esforços*, denotando um comprometimento do autor com a circulação das notícias de que a província do Ceará estaria liberta do regime escravista.

MANDAR

(10) Recebi tambem uma carta sua relativa | ao Doutor Antonio Pompeo a quem já **mandei** a | carta de apresentação. (C2, p. 2, linhas 21-23)

(11) O Rebouças aqui está de perfeita saúde e **manda-lhe** | muitas saudades a Vossa Excecelencia á família abolicionista como elle diz (C.5, p. 2, linhas 22-23)

(12) [...] far-me-hia espe- | cial favor **mandando me** os nomes | dos que mais tem concorrido para | acelerar d'essa forma no Ceará com | o progresso de uma idéa, que infeliz- | mente não caminha no resto do paiz | com a velocidade que exige a morte | diaria no captiveiro de tantos in- | felizes. (C8, p. 2, linhas 10-18)

(13) Por este vapor terás o prazer | de receber um volume meu, que | não te **mandei** pelo paquete | de 20 [...]. (C11, p. 1, linhas 3-6)

O processo *mandar* em (10) tem como participante Ator o próprio locutor da carta, representado pela elipse do pronome *eu*. O participante Meta será *a carta de apresentação*. Note-se que processos relativos ao mundo da troca de informações, instanciados em gêneros textuais como a carta, terão maior profusão, como, por exemplo, os processos *mandar*, *enviar*, *publicar*, *escrever*, dentre outros. Em (11), já

se despedindo, o processo *mandar* apresenta *Rebouças* como participante Ator e o oblíquo *lhe* se referindo ao próprio destinatário da carta, o "caro Lobo". A solicitação de Nabuco que pede o envio dos nomes responsáveis por "acelerar" o progresso das ideias abolicionistas é instanciada pelo processo *mandando me*, cujo participante Meta é o oblíquo *me*, que representa o próprio autor da carta, em (12).

No exemplo (13), o autor, que é o Ator selecionado por *mandei*, declara que enviará um volume de uma provável publicação de tema abolicionista. Há também no exemplo (13) a presença da circunstância, o Meio, pela qual o volume anterior deveria chegar.

ESCREVER

(14) **Escrevo** a Vossa Excelencia com plena confiança nas suas in- | tenções [...]. (C3, p. 6, linhas 21-22)

(15) Vossa Excelencia **escreve** | nos Annaes do actual Parlamento as unicas | folhas dignas de uma Assembléa de povo civilizado. (C4, p. 1, linhas 17-19)

(16) As poucas palavras que a nossa amiga Dona Maria | da Conceição forçou Vossa Excelencia a **escrever-me** n'uma carta | d'ella foram-me muito agradaveis apesar da irre- | sistivel pressão feminina que as arrancou de Vossa Excelencia [...]. (C7, p. 1, linhas 4-7)

(17) O que **escrevo** a Vossa Excelencia não é um conselho, é um ap- | pello. (C7, p. 9, linhas 3-4)

(18) **Escrevo** ao | Leuzinger que te entregue um | volume que me farás o obsequio | de offerecer a teu Pae da minha | parte. (C11, p. 1, linhas 10-14).

Joaquim Nabuco, recorrendo, como não poderia deixar de ser, a manobras argumentativas a fim de que obtivesse apoio ao movimento anti-escravista, usa o processo *escrever*, no exemplo (14), com a circunstância *com plena confiança nas suas intenções*. O que interessa mais ao político, já no final dessa carta, é tornar

conhecido ao Senhor Paranaguá, destinatário da carta, a venda de "escravos e ingenuos" com idade de dez anos e até inferior a isso.

Em (15), o autor usa *escrever* se referindo ao participante obrigatório Ator, que é *Vossa Excelencia*. O processo em questão também seleciona o participante Meta *as unicas folhas dignas de uma Assembléa de povo civilizado*, intercalado com a circunstância de *Localização nos Annaes do actual Parlamento*. Interessante notar a utilização de todos os recursos lexicogramaticais (processo, participantes, circunstâncias) por parte do político, também escritor, Joaquim Nabuco, como meio de reconhecer elogiosamente o papel do destinatário da carta, o "Senhor Doutor Antonio Pinho", no movimento abolicionista.

Em trecho de carta de feição mais íntima, o processo *escrever*, no exemplo (16), apresenta *Vossa Excelencia* como o participante Ator e o oblíquo *me*, Joaquim Nabuco, como o participante Meta da ação. Há também na oração a ocorrência da circunstância de *Localização n'uma carta*.

Já em (17), tem-se *Vossa Excelencia* como Meta do processo *escrever* e o pronome em elipse *eu* como o participante Ator. Em longa carta ao Senador Saraiva, Nabuco retoma, concluindo, os elogios e reconhecimentos feitos ao citado político, na tentativa de convence-lo, como importante figura nacional, de ajudar no fim do regime escravista no Brasil.

No exemplo (18), o processo aqui analisado é responsável por passar uma informação ao destinatário da carta, o "caro Barros", e ao mesmo denota um pedido ao participante Meta Leuzinger.

PUBLICAR

(19) Remetto- | lhe alguns exemplares de circulares minhas, **vou publi | car** um Manifesto eleitoral abolicionista. (C2, p. 5, 21-23)

(20) Escrevo por este Correio uma carta ao Adolpho | cobrindo outra para o Paranaguá sobre um escan- | daloso edital de Valença **publicado** no Jornal de 7 | de Outubro. (C5, p. 1, linhas 10-13)

(21) Se fossemos um partido rico podíamos | encarregal-o de **publicar** obras abolicionistas, traduções | de livros como a Cabana do Pae Thomaz, essa Bíblia | da emancipação e dos escravos, Vidas de abolicionistas | celebres, poesias como o Poema dos Escravos de Castro | Alves e edições de livros como os Herdeiros de Caramurú (sobretudo o 1º volume) e de documentos da nossa his- | toria, como os papeis do trafico. (C6, p. 1, linhas 12-20)

Outro processo de vasta recorrência no *corpus*, *publicar* faz parte do campo da circulação das notícias relativas à campanha de abolição. Em (19), isso é confirmado com a declaração de Nabuco usando a perífrase *vou publicar* que tem como participante Meta *um manifesto eleitoral abolicionista*. Já no exemplo (20), o político pernambucano esboça sua indignação usando o processo *publicar* no participio que apresenta também a circunstância de localização *no Jornal de 7 de Outubro*.

Em (21), Joaquim Nabuco se lamenta quanto a falta de recursos do movimento abolicionista, razão pela qual não é possível *publicar* "obras abolicionistas", participante Meta selecionado pelo referido processo material.

Ainda sobre o processo *publicar*, interessante perceber que, a despeito de ser classificado em todas as ocorrências no *corpus* como um processo material, naturalmente por carregar traços relativos ao "mundo do fazer", há uma espécie de relação de correspondência com os processos verbais. Relação esta que identificamos pelos contextos de uso: *publicar* não deixa de pertencer a um campo de ideias concernentes ao *dizer*. Isso confirma a natureza fronteira dos processos secundários, e também um dos postulados do funcionalismo que é a natureza não discreta das categorias.

TRABALHAR

(22) Ainda **havemos de trabalhar** juntos novamente. (C5, p. 2, linha 1)

(23) **Estou trabalhando** n'um livro | de propaganda, que espero terminar | dentro de dois mezes. (C8, p. 2, linhas 2-4)

(24) Estou trabalhando n'um livro de pro- | paganda sobre o Abolicionismo, e quando | tiver a fortuna de o ver impresso, man- | dar lhe hei um exemplar [...]. (C9, p. 1, linhas 15-16)

(25) Eu | leio muito agora, quando não **trabalho**. (C10, p. 2, linhas 18-19)

Expressando um desejo de companhia, representado pela circunstância *juntos novamente*, é usado em **(22)** o processo material *havemos de trabalhar*, se referindo ao destinatário da carta, o "caro Lobo". Em **(23)**, a circunstância de localização *n'um livro de propaganda* é usada para indicar onde, ou em quê, o Ator, em elipse *eu*, está trabalhando. O mesmo ocorre também em **(24)**, provavelmente o mesmo "livro de propaganda" do exemplo anterior. O processo *trabalhar* em **(25)** esboça a atividade constante do Ator da ação, oculto *eu*.

3.3.2 OS PROCESSOS MENTAIS

Os processos mentais, de bastante profusão no *corpus* pesquisado, responsáveis pela apreensão do mundo, não se fazem em ações como prototipicamente as concebemos, mas em atividades que envolvem os campos perceptivos, afetivos e cognitivos, como se verá nos exemplos e comentários a seguir.

SABER

(26) Quando **soube** da | demissão do Doutor Frederico Borges dirigi-lhe | um telegramma [...]. (C2, p. 2-3, linhas 23/1-2)

(27) Saudades dos nossos Gnuls. Nada **sei** do Paranhos. (C5, p. 2, linha 17)

(28) Desculpe-me, meo senhor Conselheiro, ser assim | investigado á sua face as causas do seo grande | prestígio. Vossa Excelencia **sabe** muito bem que eu o não faria | sem um motivo suficiente [...]. (C7, p. 2-3, linhas 21/1-3)

(29) Sei que Vossa Excelencia é ministro, | mas sei também que há pouco recusou formar novo | ministerio. (C7, p. 9, linhas 13-15)

(30) Esses homens reduzem tudo a dinheiro, | e para elles não importa o que o escravo soffre, o que querem | saber é o que elle rende [...]. (C15, p. 1, linhas 15-17)

Em **(26)**, Nabuco, participante Experienciador, usa o processo *saber* para demonstrar ciência da *demissão do Doutor Frederico Borges*, que é o participante Fenômeno, sendo nesse caso o fato que foi percebido (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 58). O processo mental *saber* é escolhido lexicogramaticalmente em **(27)** para prestar contas do não conhecimento de como ou onde se encontra o Fenômeno, instanciado por *Paranhos*. A tentativa de persuasão do autor também é evidenciada em **(28)**, onde há a escolha do processo mental *saber*, cujo participante Experienciador não é Nabuco, mas sim o Senador Saraiva, representado por *Vossa Excelencia*, seu interlocutor, a quem o político abolicionista "joga" com o argumento de o senador já saber *muito bem* que as palavras elogiosas ditas antes não viriam sem causa suficiente. Já em **(29)**, o mesmo senador, instanciado oracionalmente por *Vossa Excelencia é ministro*, é o Fenômeno do Experienciador em elipse *eu*. Nesse mesmo exemplo, tem-se outra ocorrência de saber, ainda com o mesmo participante Experienciador, sendo o Fenômeno projetado por um complexo oracional.

No exemplo **(30)**, as escolhas lexicogramaticais de Joaquim Nabuco revelam uma denúncia quanto à criminalização, por parte da polícia, daqueles que auxiliam de alguma forma os escravos fugidos, importando a *Esses homens* saber apenas o que *elle* [o escravo] *rende*, sendo este complemento oracional o Experienciador selecionado pelo processo *saber*.

VER

(31) É preciso que uma vez por mez pelo menos se | reúna a Sociedade Brasileira. Ainda que composta | de uns sete ou oito estou resolvido a não a **ver** | morrer. (C5, p. 1, linhas 17-20)

(32) Estude Vossa Excelencia esse problema com o seo esclarecido | senso pratico e **verá** que a escravidão arruina o paiz como nenhum outro facto social podia ar- | ruinal-o. (C7, p. 7, linhas 3-6)

(33) Tens quem **veja** por ti a navegação | serea, a Republica Universal, não sei | o que mais. A tua missão começa | agora. (C11, p. 4, linhas 8-11)

Em (31), há uma exortação de Joaquim Nabuco a fim de que a Sociedade Brasileira se reúna com mais frequência, evitando um possível esmorecimento. O processo mental *ver* seleciona o Experienciador oculto *eu* e o outro participante Fenômeno, representado oracionalmente por *morrer*. Já no exemplo (32), Nabuco se refere mais uma vez ao Senador Saraiva, sendo *Vossa Excelencia* o Experienciador selecionado por *ver* e o complexo oracional *que a escravidão arruina o paiz como nenhum outro facto social podia arruinal-o* o Fenômeno. Em (33), o processo *ver* carrega semanticamente traços que escapam ao campo perceptivo apenas, chegando assim a algo próximo da ação exterior.

PENSAR

(34) Quando **penso** no que | tem feito o Ceará tão nobremente [...]. (C2, p. 3, linhas 19-20)

(35) Por este vapor terás o prazer | de receber um volume meu, que | não te mandei pelo paquete | de 20 porque, depois de enviar | alguns para o Rio, **pensei** que era perigoso mandal-os não registrados [...]. (C11, p. 1, linhas 3-8)

(36) Manda-me dizer o que **pensas** do meu livro inaugural [...]. (C11, p. 2, linhas 15-16)

Em (34), Joaquim Nabuco elogia os feitos cearenses na luta pela abolição, usando *pensar* que seleciona como participante Fenômeno *no que tem feito o Ceará tão nobremente*, que apresenta também a circunstância *tão nobremente*. Em (35), exemplo também já trabalhado em uma outra ocorrência, Nabuco noticia o não envio de "um volume" seu, possivelmente tratando da causa abolicionista, pois pensava

que era perigoso mandal-os não registrados, que é o Fenômeno sentido pelo autor. O exemplo (36) trata da solicitação do autor ao remetente da carta, Barros, em relação ao que *pensa* do livro inaugural. Note-se, como já é previsto nos postulados da Linguística Sistêmico-Funcional a natureza contínua entre as metafunções. Embora privilegiemos neste trabalho a análise dos processos, componentes da metafunção ideacional da linguagem, todos os exemplos até agora mostrados confirmam o não compartimento entre as metafunções. Em (36), há um pedido de troca de informação, que tem a ver com a metafunção interpessoal, que está também relacionada com a metafunção ideacional ou experiencial, pois dentro dessa solicitação há a instanciação lexicogramatical do processo *pensar*, responsável pela codificação do mundo perceptivo-cognitivo.

ESQUECER

(37) A audacia de | põem-se em hasta publica ingenuos de mezes | e de dias **faz quasi esquecer** a audacia com que | a magistratura local põe em prova Africanos necessariamente importados depois da lei que (pela idade marcada e que num edital de venda bona fide) declarou livres todos os escravos que entrassem | no território ou pórtões do Brazil vindos de fora. (C3, p. 2, linhas 6-12)

(38) A provincia do Ceará não **há de esquecer** quando | fôr chamada a eleger nova deputação: pela honra | do nome Cearense, não o póde **esquecer**. (C4, p. 2, 1-3)

Em carta de caráter mais denunciativo, que tem como destinatário o "Excelentissimo Senhor Paranaguá", há, no exemplo (37), a ocorrência do processo mental *esquecer* cujo participante Experienciador lexicalmente preenchido. Contextualmente, porém, pode-se deduzir que esse participante é um *nós* presente na fala de Joaquim Nabuco. Assim, entedemos a ocorrência do processo mental *esquecer* em (37) como um exemplo bastante prototípico da importância da componente pragmática para a análise linguística sistêmico-funcional. A descrição aqui empregada leva, então, em consideração a "oração como unidade principal de processamento da gramática", como bem afirma Gouveia (2009, p. 20) com base em Halliday (2004, p. 10), direcionando a análise empreendida da "base para o topo",

confirmando, mais uma vez, um dos pontos mais caros aos funcionalismo sistemicista, que é a importância dos fatores de ordem pragmática para uma descrição linguística que pretenda ser mais completa.

Nas ocorrências do processo *esquecer* do exemplo **(38)**, tem-se o participante Experienciador, *A província do Ceará*, se referindo a uma coletividade. O participante Fenômeno não está, mais uma vez, realizado lexicalmente. Recorrendo, como de praxe, ao contexto, percebemos que Nabuco se refere elogiosamente antes à escrita do destinatário da carta, o "Senhor Doutor Antonio Pinho", nos "Annaes do actual Parlamento". Interpretamos, então, que o Fenômeno de (não) *esquecer* seja ou o próprio Doutor Antonio Pinho, na ocasião da eleição na província cearense, ou a sua escrita nos "Annaes".

CONHECER

(39) Não **conheço** maior prostituição da justiça | do que esse edital do principio ao fim! (C3, p. 2, linhas 1-2)

(40) O meu desejo era vel-o mais livremente | á testa do abolicionismo, mas **conheço** as causas | que não lhe deixam ser o chefe da propaganda (C5, p. 1, linhas 21-23)

(41) O Arthur manda-te muitas lembranças. Elle é sempre o mesmo que **conheceste** em Pernambuco para mim e para ti. (C10, p. 3, linhas 15-18)

Escrevendo, em **(39)**, ao "Senhor Paranaguá", denunciando um edital de venda de escravos que, pela idade que tinham, não deveriam ser comercializados, Nabuco, representado como Experienciador na elipse do pronome *eu*, selecionado pelo processo *conhecer*, se indigna e expressa sua revolta ao dizer que não conhece *maior prostituição da justiça do que esse edital do principio ao fim!*, o Fenômeno percebido pelo autor. Note-se a ocorrência do sinal de pontuação exclamativo para realçar ainda mais sua indignação ao tratar do assunto com seu interlocutor. Sinal este, diferentemente da vírgula, usada mais na escrita formal no âmbito sintático, ou

seja, ideacional, empregado aqui no mecanismos de ação da metafunção interpessoal.

No exemplo (40), *conhecer* recorre ao Experienciador, mais uma vez em elipse (*eu*). O participante Fenômeno é *as causas que não lhe deixam ser o chefe da propaganda*, que apresenta também uma oração encaixada.

Em (41), Joaquim Nabuco, demonstrando maior intimidade com o destinatário da carta, envia lembranças em nome de Arthur, fazendo a ressalva que ele é ainda a mesma pessoa que o destinatário da carta conheceu. Nesse exemplo, o participante Experienciador está em elipse, *tu*, e tras também a circunstância de localização *em Pernambuco*.

JULGAR¹⁴

(42) Como Cidadão Brasileiro **julgo** do meo dever | chamar a atenção de Vossa Excelencia para um edital do | juizo da provedoria de Valença [...]. (C3, p. 1, linhas 1-3)

(43) É pena que o Ceará não se possa derra- | mar no Brazil, invadir os baluartes | da Escravidão, onde ella é realmente | poderosa, e **julga** ter as nossas insti- | tuições como refens. (C8, p. 1-2, linhas 16-19/1)

O processo mental *julgar* ocorre no *corpus* selecionando o pronome em elipse *eu* como o participante Experienciador, como em (42). Ainda nesse mesmo exemplo, *julgar* seleciona *do meo dever*, encabeçado pela preposição, como o Fenômeno constatado pelo Experienciador. Já em (43), o Experienciador é representado pelo participante, que adquire atribuições humanas, *a Escravidão*, cujo Fenômeno é *ter as nossas instituições como reféns*.

LER

(44) Com qual ufania não | **lemos** ha dias um telegramma dictado ao | proprio Jornal do Commercio de Pernambuco | dando conta dos progressos da emancipação | no Ceará [...]. (C2, p. 4, linhas 6-10)

¹⁴ Julgar como pensar, avaliar.

(45) Não **leio** o "Libertador" sem orgulho | por pertencer ao numero dos Brasileiros | que luctam pela grande causa [...]. (C8, p. 1, linhas 12-14)

(46) Não sei se hoje te consentem o mesmo | regimen dos tempos de eremita, e se | te **deixam ler** livros, como fazias, do | principio ao fim [...]. (C10, p. 2, linhas 12-15)

Em (44), Nabuco relata, com orgulho, a experiência de ler *um telegramma dictado proprio Jornal do Commercio de Pernambuco*, participante Fenômeno do processo de ordem cognitiva. O mesmo orgulho demonstrado em (44) é também evidenciado em (45), onde o processo *ler* tem o próprio Nabuco como Experienciador e o "*Libertador*" como participante Fenômeno.

Até o momento, analisamos as ocorrências mais producentes dos processos materiais e mentais na escrita epistolar nabuquiana, esboçando suas escolhas lexicogramaticais no que tange à metafunção ideacional ou experiencial da linguagem. A subseção que segue trata dos processos relacionais.

3.3.3 OS PROCESSOS RELACIONAIS

Os processos relacionais são responsáveis, no *corpus*, por 25,84% das ocorrências, sendo o segundo tipo de processo mais recorrente. Esses processos estabelecem "uma conexão entre entidades, identificando-as ou classificando-as, na medida em que associam um fragmento da experiência a outro" (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 58).

Os processos relacionais são divididos em atributivos e identificadores. Nos primeiros, o participante que "*recebe* qualificações gerais, ou descrições, é conhecido como Portador e as qualidades são chamadas de atributos" (SOUZA, 2006, p. 138). Já nos processos relacionais identificadores, há o participante que adquire "uma identificação, ou função ou significado" (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 69), que recebe o nome de Característica, e o participante Valor, "que corresponde à identificação atribuída ao primeiro participante" (op. cit.).

A seguir, as ocorrências dos processos com os seus respectivos comentários. Importante dizer que em todas as cartas o relacional *ser*, o mais recorrente, estava presente.

SER

(47) A obra do Ceará **é** grande, **é** imensa [...]. (C2, p. 5, linhas 4-5)

(48) Os homens não **são** senão instrumentos da idéia e a deputação Cearense honrará o nome da sua provincia | continuando diariamente a obra encetada. (C2, p. 5, 18-21)

(49) [...] "Artigo 16: Os serviços optados, em conformidade da lei, **são** intransferíveis, salvos os casos | dos §§ 5º e 7º do artigo 1º da mesma lei (**são** exceções | acima) ou, se o menor **fôr** de idade superior a | 12 annos, havendo accordo com a assistencia de um | curador ad hoc e consentimento do juiz de orphãos.) (C3, p. 4, linhas 9-14)

(50) Alem d'isso o abolicionismo | **é** uma escola viril e austera em que aprendemos | a desprezar honras sem honra, posições sem dignidade, glorias sem fundo e a eliminar dos nossos | sentimentos a inveja, o egoismo e a ingratição. (C4, p. 1, linhas 9-13)

(51) Falta ao partido abolicionista infelizmente | uma só coisa, mas essa **é** o nervo das propagandas da imprensa: dinheiro. (C6, p. 1, linhas 8-10)

A importância dos processos relacionais nos textos se dá pelo motivo maior de expressarem "visões particulares de mundo". No caso das cartas redigidas por Joaquim Nabuco, interessa-nos, dentre outras questões, investigar a forma como o político emerge no momento do ato comunicativo a sua visão de mundo sobre a escravidão. Obviamente, como sabemos todos, que as suas avaliações sobre tal regime, por vários motivos particulares e públicos, são as mais negativas possíveis. Porém, esboçar a que mecanismos lexicogramaticais o autor recorre é a justificativa maior para a presente análise sistêmico-funcional.

No exemplo (47), Nabuco elogia a província do Ceará por ser uma das mais proativas na luta contra o regime escravista. Para tanto, usa o relacional atributivo

ser, que tem como participante Atributo *grande e imensa*. O participante Portador é representado por *A obra do Ceará*. Já em (48), o processo relacional *ser* é de caráter identificador. Seleciona, portanto, o participante denominado de Característica *Os homens* e o Valor que é *instrumentos da idéia*.

Joaquim Nabuco cita, no exemplo (49), a lei de 1871 para denunciar a venda ilegal de escravos cobertos pela referida lei. A primeira ocorrência do processo relacional *ser* é de natureza atributiva e tem como participante Portador *Os serviços optados* e Atributo *intransferíveis*. Nas segunda e terceira ocorrências, o relacional é de natureza identificadora.

Em (50), o processo relacional *ser* seleciona como participantes o *abolicionismo* e *uma escola viril e austera*, que é o participante Valor, responsável por identificar funcionalmente *o abolicionismo*.

Na ocorrência do tipo de processo em questão no exemplo (51), o autor escolhe *ser* para relacionar o participante Valor *nervo das propagandas da imprensa: dinheiro* ao que falta ao partido abolicionista.

ESTAR

(52) A lei de 7 de Novembro de 1831 que aboliu | o tráfico **está** de facto revogada [...]. (C3, p. 5, 16-17)

(53) Aqui **estou** sempre às suas ordens. (C9, p. 1, linha 19)

(54) [...] **estou** como actor que precisa do | publico. (C10, p. 1, linhas 13-14)

(55) Todas | as carreiras **estão-me** abertas, mas em | condições que não me parecem aceitáveis. (C10, p. 3, linhas 1-3)

(56) Quem póde | pretender que a escravidão se ache | hoje no Brazil no mesmo pé em | que **estava** quando começou a | nossa campanha? (C12, p. 2, linhas 2-5)

Em (52), o político usa o relacional *estar* para expressar que *A lei de 7 de Novembro*, participante Portador na oração, está *de facto revogada*, o participante Atributo. Em (53), o político declara ao seu interlocutor estar *sempre às suas ordens*, participante Valor. No exemplo (55), Nabuco usa *estar* para dizer que *as carreiras*, participante Portador que "recebe" a descrição, estão *abertas*, participante Atributo.

Já em (56), tem-se o processo relacional *estar* que seleciona *a escravidão* como participante. Esse exemplo revela uma idiossincrasia no que tange às ocorrências dos processos relacionais. Entendemos, *a priori*, que o processo *estar* seleciona como participante caracterizador *no mesmo pé*. O que nos leva a essa análise é o SP (sintagma preposicional) que, hierarquicamente "decomposto", resultará em SN (sintagma preposicional), portanto o relacional ora classificado é de natureza identificadora.

TER

(57) **Tive** o prazer de receber diversas comunica- | ções que Vossa Senhoria **teve** a bondade de fazer-me em | cartas de 30 de Agosto, 31 do mesmo mez, 9 e | 10 de Setembro [...]. (C2, p. 2, linhas 4-7)

(58) Os que **têm** mãe viva acompanham necessariamente | a mãe e não podem ser vendidos a parte [...]. (C3, p. 4, linhas 20-21)

(59) Aqui estou esperando sempre | **ter** a ocasião de servir, – enquanto | durar a minha ausencia [...]. (C8, p. 2, linhas 19-21)

(60) [...] nunca **tive** a | menor duvida sobre a qualidade da sua | adesão á causa abolicionista. (C9, p. 1, linhas 6-8)

Como afirma Souza (2006, p. 154), o relacional *ter*, embora possua a propriedade de definir, apresentando a função identificadora, irá também estabelecer uma relação de posse. Isso está patente no *corpus* nos exemplos acima que vão de (57) a (60).

3.4 A PARTIR DE ENTÃO...

Estudar a linguagem a partir do sistema de transitividade na abordagem sistêmico-funcional é, diante do potencial do sistema linguístico, materializado no texto, penetrar, como já dizia Drummond, no "reino das palavras" e pensar também nas escolhas feitas pelo autor, suas maiores motivações. O aparelho metodológico proposto pela Linguística Sistêmico-Funcional permite fazê-lo. Para isso, tem-se as metafunções, que "dão lugar a componentes de sistemas de escolhas de caracterização semântica" (GOUVEIA, 2009, p. 17). Daí vem a relação entre sistema e função, que gera significados no uso. As categorizações linguísticas dessas escolhas lexicogramaticais, mais especificamente os processos aqui elencados nos levam a evidenciar ações e experiências vividas pelo autor. Há de se considerar, porém, a despeito do avançado modelo teórico da LSF, as fissuras existentes em toda e qualquer teoria.

Entendemos a natureza fronteira dos processos secundários, que carregam em si além dos traços mais marcantes que os classificam, os traços também dos processos secundários. Nenhuma novidade até então. Mas como categorizar alguns processos principais que, a princípio, não deveriam ser confundidos com outros processos, a exemplo do processo *ler*, no contexto aqui estudado, classificado como mental, mas que tem muito de ação envolvida em seu entendimento? Outro ponto a ser levantado e que merece maior atenção dos estudos sistêmico-funcionais relativos à transitividade é o que vem a ser os processos comportamentais. E um último ponto, não ligado necessariamente ao levantamento linguístico neste trabalho especificamente, é o fato de um não reconhecimento do processo *ter*, hoje já existencial, nos compêndios sistêmico-funcionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos nesta dissertação trazer ao conhecimento a leitura de cartas de um período traumático na memória do Brasil, o período escravista. Cartas estas que tratam deste tema, redigidas por uma importante figura política, aristocrata, conhecida com o qualificativo "o abolicionista".

A motivação maior para a realização da edição deste trabalho não se deu por motivo ufanista de celebração de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. Isso a história oficial já o faz. Entrar no "entrelaçamento perpétuo" do texto nabuquiano permitiu-nos vislumbrar, por meio do sistema de transitividade abordado pela Linguística Sistêmico-Funcional, aquilo que o autor fazia, pensava, desejava, verbalizava, reverberava, enfim, experienciava quando o assunto era o movimento abolicionista. Essas interpretações só foram possíveis a partir do processo da leitura, no sentido de edição e do senso comum também (por que não?), das cartas. Processo lento e complexo que exige o "abrir-se ao texto", nas palavras de Said (2007, p. 90), e, a partir de então, "fazer declarações sobre o seu significado e aquilo a que esse significado possa estar ligado". É assim que o autor entende o processo de investigação filológica, que tem muito a ver com os "atos de leitura realizados com mais e mais cuidado" e que não se esgotam na "fixação do texto" ou na procura pela "vontade do autor", que se reflete, como visto antes, na "vontade de verdade". Tensionar o estatuto da verdade é, aliás, o que deve fazer a Filologia no sentido de atender a demandas contemporâneas, sem receios de cair na falácia da falta de objetividade.

Durante o processo de edição e investigação linguística das cartas abolicionistas de Joaquim Nabuco, o mais difícil foi tentar fazer o *link* da Filologia com a Linguística. Fazer novamente esse retorno. Parece que, depois da ruptura ocorrida no século XIX na Filologia, onde o grupo que tratava dos textos em seus aspectos sociais e o outro, a quem era atribuída a procura pela origem da língua comum, a "língua de Adão", pesquisar o texto em suas raízes históricas, sociais, políticas etc ficou mais difícil. Reencontrar Linguística e Filologia é ainda, a despeito de seu reencontro na década de 1980, no Brasil, tarefa árdua. Não por nada, mas mais por esse imaginário de inconciliação dos estudos linguísticos com os estudos

filológicos. Assim, citamos nesta últimas linhas Said (2007, p. 82), em seu trabalho *Humanismo e crítica democrática*, que diz:

Uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica adentrar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós.

Nesse sentido, procuramos então com este trabalho descrever/interpretar o funcionamento da linguagem, como dito antes, a partir do sistema de transitividade, nas cartas de Joaquim Nabuco, sendo isso possível também através dos mecanismos operacionais e teóricos da Filologia com a Linguística Sistêmico-Funcional, um novo reencontro.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BARBARA, Leila; MACEDO, Célia Maria. Linguística Sistêmico-Funcional para a análise de discurso: um panorama introdutório. *Cadernos de linguagem e sociedade*. 10 (1). 2009.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.
- BURKE, Peter (org.). *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CANO AGUILAR, Rafael. *Introducción al análisis filológico*. Madri: Castalia, 2000.
- CASTILHO, Ataliba T. *Nova gramática do português brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- COMPAGON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. 2 ed. São Paulo: Iluminiuras, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DUARTE, Luiz Fagundes. *Glossário de crítica textual*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/>>. Acesso em: junho de 2013.

FARACO, Carlos Alberto. Apresentação. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FONTAINE, Jacqueline. *O círculo linguístico de Praga*. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Cultrix, 1978.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GHIO, Elsa; FERNÁNDEZ, María Delia. *Lingüística Sistémico Funcional. Aplicaciones a la lengua española*. 1 ed. Santa Fe: Universidade Nacional de Litoral; Waldhuter Editores, 2008.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. 3 ed. London: Oxford University Press, 2004.

HALLIDAY, Michael. *El lenguaje como semiótica social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. 2v. Rio de Janeiro: INL, 1967.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

MCKENZIE, D.F. *Bibliografía y sociología de los textos*. Trad. Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. Disponível em <http://www.clul.ul.pt/files/rita_marquilhas/Marquilhas-MemoriaEsquecimento.pdf>. Acesso em: junho de 2013.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA,

Mariângela R.; MATELOTTA, Mário Eduardo (orgs). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: uma aproximação*. 2 v. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

_____. *Sobre desencontros e encontros: filologia e linguística no século XX*. Salvador: III Seminário de Estudos Filológicos, 2008.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MOREIRA, Marcello. Reflexão inicial para a produção de uma edição crítica da lírica de Luís de Camões. *Convergência lusíada*. n. 27. jan.-jun. 2012.

MOTTA-ROTH, Désirée. HEBERLE, Viviane Maria. O conceito de "estrutura potencial de gênero" de Ruqayia Hasan. In MEURER, J.L. et al. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CRHIRISTIANO, Maria Elizabeth; SILVA, Camilo Rosa, HORA, Dermeval da (orgs). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. PUC-SP. São Paulo. 1981.

OLIVEIRA, Marilza. *Interface Linguística Histórica e Filologia. Domínios da linguagem*. 2005.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e instrumentos linguísticos*. São Paulo. Pontes. n. 2, jul./dez.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares crioulos na Bahia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

PETTER, Margarida. Línguas africanas no Brasil. In CARDOSO, Suzana Alice et al. (orgs). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

SANTOS, André C. dos. Tal pai tal filho? A família Nabuco e a pena de morte no Brasil. In CABRAL, José Gomes. COSTA, Robson. *História da escravidão em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2012.

SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2006. Tese de doutorado.
SOUZA, Maria Medianeira de et al. (org.). *Sintaxe em Foco*. Anais eletrônicos. Programa de Pós-Graduação em Letras UFPE. Recife, 2011.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice et al. (orgs). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

ROCHA, Andréé Crabbé. Verbete Garcia de Resende. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (orgs.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 5 ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

SPAGGIARI, Barbara. PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix, 1977.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2005.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

